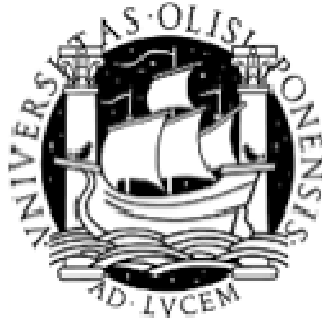


UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Aliança Parental e Estilos Parentais em Famílias com e
Sem Crianças Autistas

Cátia Fortunato Baião

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

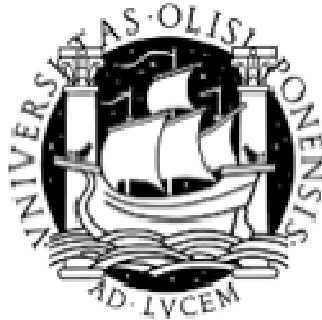
Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Sistémica

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



Aliança Parental e Estilos Parentais em Famílias com e
Sem Crianças Autistas

Cátia Fortunato Baião

Dissertação Orientada pela Prof. Doutora Maria Teresa Ribeiro
e co-orientada pela Prof. Doutora Ana Sousa Ferreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Psicologia Clínica e da Saúde

Núcleo de Psicologia Sistémica

2008

Título: Aliança Parental e Estilos Parentais em Famílias com e Sem Crianças Autistas

Resumo: O presente estudo investiga os estilos educativos parentais, a aliança parental e a religião em famílias com crianças autistas. O estudo baseia-se numa amostra de 80 famílias não autistas e 80 famílias autistas, com idades compreendidas entre os 20 e os 69 anos, residentes em Portugal, incluindo na Madeira e nos Açores. A recolha de dados realizou-se através de entrevistas individuais, tendo como suporte três questionários, nomeadamente o Geral, o de Estilos e Dimensões Parentais (QDEP- versão reduzida) (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995, 2001) e o Inventário de Aliança Parental (IAP) (Abidin,& Brunner, 1995). Os resultados demonstram que existem diferenças estatisticamente significativas entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas e entre mães e pais face à aliança parental e aos estilos parentais adoptados, bem como, demonstram que a religiosidade não influencia nenhuma das variáveis familiares.

Palavras-Chave: Família, Estilos Educativos Parentais, Aliança Parental, Necessidades Educativas Especiais, Autismo, Religião.

Abstract: The present study analyse the parenting styles, parental alliance and religion in families with autistic children. The results relating to a sample of 80 families without autistic children and other sample with 80 families with autistic children, with ages ranging between 20 and 69 years, are analysed. All these subjects answered three questionnaires, namely the Overall Questionnaire, the Parenting Styles & Dimensions Questionnaire (PSDQ –short version) ((Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995, 2001) and the Parental Alliance Inventory (PAI) (Abidin,& Brunner, 1995).. The results demonstrated that parental alliance and parenting styles are different between families with autistic children and families without autistic children, and between mothers and fathers of the two samples. The religion do not influence neither variable.

Key Words: Family, Parenting Styles, Parental Alliance, Religion, Special Care, Autism.

Agradecimentos

Á enriquecedora e distinta orientação da Professora Doutora M^a Teresa Ribeiro.

A toda a equipa de investigação, pelo apoio, empenho e dedicação.

A todas as instituições e respectivos responsáveis, que voluntariamente aceitaram participar neste estudo e dispensaram toda a sua disponibilidade – Associação Portuguesa das Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, Dr. Edgar Pereira; Associação para o Deficiente Profundo do Cacém, Dra. Fernanda Mira e Dr. Luís Mira; Banco de Informação de Pais para Pais (BIPP), Dra. Joana Santiago; CECD de Mira Sintra, Dra. Rosário Baetas e Coordenação de Intervenção Precoce do Concelho de Sintra, Dra. Julieta Duarte.

Á Dra. Isabel Pedroso, pela colaboração empenhada e as sugestões maravilhosas!

Á Raquel Silva, ao Paulo Parrasco e à Ritinha, pelos ensinamentos transmitidos e pelo contributo imprescindível nesta investigação.

Á minha família, em especial aos meus pais e irmão, por toda a confiança, incentivo e dedicação que depositaram em mim... Sempre acreditaram!

Ao Marco, pelo companheirismo e inspiração... O meu carinho por ti é único!

Ao meu Anjo da Guarda, sempre presente, luz do meu caminho!

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Conceptual	1
Metodologia.....	21
1.1 Questão Inicial	21
1.2 Mapa Conceptual	22
1.3 Objectivos	23
1.4 Hipóteses de Investigação	23
1.5 Estratégia Metodológica	25
1.5.1 Caracterização da Amostra	25
1.5.2 Procedimento na Recolha e Tratamento dos Dados	28
1.5.3 Instrumentos	29
1.5.3.1 Questionário Geral	30
1.5.3.2 Questionário de Dimensões e Estilos Parentais	30
1.5.3.3 Inventário de Aliança Parental	32
Resultados	34
Discussão de Resultados	46
Conclusão	49
Bibliografia	50
Anexos	58

Introdução

O modo de funcionamento das famílias tem sido investigado desde os anos 50, e, desde então, têm sido reunidos alguns esforços no sentido de melhor compreender o comportamento das famílias. Em Portugal, a investigação no domínio das famílias, no âmbito da parentalidade e da conjugalidade é ainda pouco comum, especialmente, se pensarmos nos estudos realizados com famílias de crianças autistas.

No entanto, permaneciam várias questões em aberto sobre este domínio, nomeadamente, será que o comportamento parental das famílias com crianças autistas se processa da mesma forma que nas famílias sem crianças autistas? Será que a união e a satisfação conjugal das famílias com crianças autistas se desenvolve da mesma forma que em outras famílias? E qual o papel da religião na vida das famílias com crianças autistas? Foi precisamente com o ponto de partida nestas questões que se procurou estudar os estilos parentais educativos, a aliança parental e a religião em famílias com crianças que apresentam uma desordem no espectro autista.

Assim, tendo como base alguns estudos previamente realizados, procurou-se fornecer um pequeno contributo com uma amostra portuguesa para um conhecimento mais alargado sobre a dinâmica familiar, ou seja, a forma como as famílias com crianças autistas se organizam, vivenciam e se adaptam à problemática, ao longo do seu percurso.

Enquadramento Conceptual

Família e Parentalidade

A família é actualmente considerada um pilar básico na estrutura do indivíduo e da própria sociedade, constituindo-se como um contexto primário e fundamental na socialização, onde indivíduos de diferentes gerações interagem e se influenciam mutuamente, em função do seu próprio nível de desenvolvimento e das suas características pessoais (Cruz, 2005). Do ponto de vista sistémico, pode ser entendida como “uma rede complexa de relações e emoções que não são passíveis de ser pensadas com os instrumentos criados para o estudo dos indivíduos isolados (...) a simples descrição de uma família não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura” (Gameiro, 1992 cit. por Relvas, 2006).

De entre as múltiplas e importantes funções desempenhadas pela família encontra-se como principal o processo de parentalidade, através do qual, os pais, enquanto principais educadores da criança, influenciam o seu desenvolvimento. Esta questão, aparentemente simples, possui em si um potencial de enorme complexidade, já que implica um outro conceito de largo espectro que é o conceito de desenvolvimento. O suprir das necessidades físicas da criança acompanha-se do ensino de competências nos domínios sociais, emocionais, cognitivos e comportamentais (Marujo, H. cit. por Marchand & Pinto, 1997), acompanhados por uma variedade de processos activos e passivos, reactivos e proactivos (Marchand & Pinto, 1997).

Numa tentativa de aproximação a uma definição de parentalidade, dir-se-ia que este conceito diz respeito ao conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade (Cruz, 2005). Ser pai ou ser mãe tem sido descrito como uma das tarefas mais difíceis, exigentes e consequentes, e, também, como sendo em potência, das experiências mais recompensadoras e fascinantes (Hart, 1990 cit. por Marchand e Pinto, 1997; Zigler, 1995 cit. por Cruz, 2005). Inerente à definição de parentalidade está também a definição das funções e dos papéis desempenhados pelos pais.

Segundo Bornstein (2002), Palácios e Rodrigo (1998), podem sistematizar-se cinco funções cruciais no comportamento parental: a primeira função prende-se com a satisfação das necessidades básicas e elementares da sobrevivência e saúde, como a higiene, a alimentação, o sono saudável; a segunda função baseia-se no disponibilizar à criança um mundo físico organizado e previsível, com espaços, objectos e tempos que possibilitem uma rotina, tal como as horas de deitar e os dias de escola; a terceira função relaciona-se com a resposta às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extra familiares; uma quarta função consiste em satisfazer as necessidades de afecto, de confiança e de segurança, que se traduzem pela construção de laços vinculares; por último, a quinta função resulta das necessidades de interacção social da criança e a sua integração na sociedade. Em simultâneo, os pais desempenham ainda outros papéis cruciais, como sendo o de *parceiros de interacção*, referindo-se as vivências quotidianas, o de *instrutores directos*, registando-se o papel didáctico em situações de domínio cognitivo ou de resolução de problemas em contexto social, e assumem ainda o papel para a *preparação e disponibilização de oportunidades de*

estímulo e aprendizagem em contexto extra familiar, salientando-se a rotina diária da criança e a criação de situações que possibilitem à criança aceder a grupos de pares (Parke e Buriel, 1998). Desta forma, verifica-se que as relações afectivas entre pais e filhos e o comportamento parental ocupam um papel central na compreensão normal e desviante da criança (Pereira, 2007).

Assim, torna-se pertinente estudar a família, o modo como funciona e quais as variáveis familiares que mais contribuem para o seu equilíbrio.

Estilos Parentais Educativos

A investigação sobre parentalidade tem realçado sobretudo a relação entre as variáveis parentais e os níveis de desempenho e competências das crianças.

Nos últimos 25 anos, um reportório de estudos realizados no domínio da família e da parentalidade, examinaram a influência de práticas parentais específicas e estilos parentais educativos. Os investigadores desses estudos, utilizaram o conceito de prática e estilo parental como um só, no entanto, Darling e Steinberg (1993) introduzem uma importante distinção para compreender o processo de socialização da criança, distinguindo entre estilos parentais educativos e práticas parentais (cit. por Pereira, 2007; Spera, 2005; Maccoby & Martin, 1983).

Os autores definem as práticas parentais como objectivos específicos e directivos do comportamento, pelos quais os pais desempenham os seus deveres parentais. Os estilos parentais, por sua vez, são considerados como variáveis de contexto familiar, que afectam a eficácia de práticas educativas mais específicas (Darling & Steinberg, 1993; Darling & Steinberg, 1993 cit. por Pereira, 2007). As práticas parentais incluem três constructos relevantes, sendo eles, o envolvimento parental (que consiste no esforço dos pais para se tornarem directamente envolvidos nas actividades e decisões escolares dos filhos, desencadeando sentimentos de confiança, de motivação e capacidade para desempenhar as actividades com sucesso) (Epstein & Sanders, 2002), a monitorização parental (que consiste na monitorização das actividades das crianças depois da escola, supervisionado as actividades com os pares e atentando ao progresso escolar dos filhos) e os objectivos, valores e aspirações parentais (que consistem nas representações internas dos desejos de resultados que os pais assumem para os seus filhos) (Spera, 2005). As investigações neste domínio têm demonstrado uma relação positiva entre o envolvimento parental dos pais e o

desempenho escolar dos filhos (Hess & Holloway, 1984, cit. por Spera, 2005; Esptein & Sanders, 2002), uma relação positiva entre a monitorização das actividades educacionais e o desempenho escolar dos filhos (Clarck, 1993 cit. por Spera, 2005), bem como, uma relação positiva entre o contacto com os pares dos filhos e o sucesso académico destes (Muller, 1993, cit. Por Spera, 2005). Segundo Astone e McLanahan (1991), Crandall et. al (1964), Keeves (1972) e Pugh (1976) (cit por Spera, 2005), os objectivos, os valores e as aspirações dos pais face às suas crianças, desenvolvem objectivos e determinadas aspirações nas crianças, tais como, um elevado nível académico e o desejo de conseguir desempenhar com sucesso as disciplinas académicas.

Assim, a investigação sugere que quando existe um envolvimento e uma monitorização dos pais sobre a educação e actividades escolares dos filhos, regista-se um desempenho com maior sucesso, quer académico quer educacional (Spera, 2005).

No que concerne à variável de estilos parentais os autores definem-na como uma constelação de atitudes dirigidas e comunicadas à criança, e que em conjunto, criam um clima emocional, no qual o comportamento parental é expresso. Os estilos parentais são inferidos a partir de práticas parentais, dirigidas a determinados objectivos, mas também a partir de outros aspectos do comportamento parental que comunicam determinada atitude afectiva (Darling & Steinberg, 1993)

Para além destes conceitos, é importante ainda referir o conceito de dimensões parentais que consistem em vários comportamentos parentais que detêm um significado parecido ou que convergem para um mesmo sentido. Assim sendo, as duas dimensões parentais maioritariamente identificadas são o suporte parental (também definido como aceitação, responsividade e afectividade) e o controlo parental (também definido como restritividade, directividade, disciplina, hierarquia, estruturação e motorização) (Cowan, Cowan, Schulz & Heming, 1994; Dodge, Pettit & Bates, 1994; Locke & Prinz, 2002; Maccoby & Martin, 1983; Rothbaum & Weisz, 1994 cit. por Gadeyne et al., 2004). Os estilos parentais são considerados como mais ecologicamente válidos comparativamente com as dimensões parentais (Darling & Steinberg, 1993; Gadeyne et al., 2004).

Assim sendo, e tendo como uma das variáveis deste estudo, os estilos parentais, é fundamental recuar no tempo e aprofundar as principais investigações neste domínio.

Os trabalhos de Baldwin podem ser considerados pioneiros, não apenas na determinação dos diversos padrões de comportamento parental, mas também pelo “appraisal” do comportamento parental (cit. por Cruz, 2005). A análise das variáveis parentais nos estudos do autor revelou a dimensão – aceitação da criança – e ainda duas

dimensões ortogonais denominadas – democracia vs autocracia e controlo vs permissividade (cit. por Maccoby & Martin, 1983). Segundo Baldwin, os pais democratas desenvolvem comunicação verbal com os filhos, consultam a criança na tomada de decisões e justificam as regras familiares impostas, encorajando a autonomia e a competência emocional da criança, enquanto os pais “controlo” restringem o comportamento da criança, com regras e disciplina. Segundo Baldwin, os filhos de pais democratas, apesar de alguma agressividade e tendência para não aceitar regras, têm vantagem sobre os filhos de pais “controlo”, os quais tornam-se pouco corajosas, pouco curiosas e até mesmo medrosas (cit. por Cruz, 2005).

Outros estudos foram entretanto realizados: Sears et. al. (1957) salientaram a importância de uma análise diádica das relações sociais, enfatizando os efeitos do papel parental sobre a interiorização de valores, atitudes e comportamentos da criança (cit. por Cruz, 2005). De entre os estudos mais antigos, são também de referir os estudos de Becker (1964) (cit. por Cruz, 2005; Oliveira, 1994) que, a partir da análise das avaliações do comportamento parental, concluiu a existência de três dimensões – aceitação vs hostilidade, restritividade vs permissividade e envolvimento emocional ansioso vs desvinculação calma – e de Schaeffer (1965) (cit. por Cruz, 2005; Oliveira, 1994), que identificou igualmente três dimensões – aceitação vs rejeição, autonomia psicológica vs controlo psicológico e controlo firme vs controlo relaxado, sobrepondo-se de certa forma às dimensões identificadas nos estudos anteriores.

A partir dos primeiros trabalhos de Baldwin, a conceptualização das dimensões educativas foi ganhando impacto e sofrendo sucessivas mudanças, para as quais Diana Baumrind e seus colaboradores deram um contributo fundamental, apresentando uma perspectiva diferente, essencialmente no que diz respeito ao controlo parental (Pereira, 2007; Cruz, 2005; Oliveira, 1994; Darling & Steinberg, 1993).

O trabalho de Diana Baumrind foi iniciado em 1960 com o objectivo de conhecer os precursores, a nível de comportamento parental, da competência na criança, em famílias “saudáveis” (Pereira, 2007; Cruz, 2005; Oliveira, 1994; Darling & Steinberg, 1993). Os seus estudos cresceram sobre a influência da teoria psicanalítica, em que prevalecia a ideia de que o comportamento parental deveria ser orientado segundo os desejos naturais das crianças (Baumrind, 1975a, cit. por Pereira, 2007). Baumrind utiliza uma abordagem tipológica ou configuracional para estudar o impacto dos estilos parentais, argumentando que um aspecto do comportamento parental é dependente da configuração de todos os outros aspectos (Baumrind, 1975^a, cit. por

Pereira, 2007; Cruz, 2005; Steinberg et al., 1994; Darling & Steinberg, 1993; Steinberg et al, 1992; Maccoby & Martin, 1983).

A abordagem tipológica tem, por um lado, uma maior validade ecológica no sentido em que possibilita identificar a forma complexa como a diversidade de comportamentos parentais se podem relacionar entre si, e, por outro lado, apresenta a vantagem de salientar os efeitos de interacção entre as diferentes variáveis, ou seja, a forma como o efeito de dada dimensão do comportamento parental é influenciada pelos níveis de outra dimensão do comportamento parental (Pereira, 2007; Cruz, 2005; Darling & Steinberg, 1993).

Baumrind (1975a, 1975b) considerou o *controlo parental* como uma dimensão organizada linearmente de níveis mais altos e mais baixos, distinguindo três tipos qualitativamente distintos de controlo parental: permissivo, autoritário e autoritativo (cit. por Pereira, 2007; Cruz, 2005; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983).

No *estilo permissivo*, o padrão parental caracteriza-se por um nível baixo tanto de controlo como de exigência, mas com um nível razoável de afecto (Pereira, 2007; Cruz, 2005). Os pais permissivos são menos controladores do que afectivos ou promotores de autonomia; procuram comportar-se de um modo positivo, aceite e punitivo relativamente aos desejos e comportamentos dos seus filhos; vêem-se a si próprios como um recurso para a criança utilizar como entende e não como um agente activo e responsável por moldar e alterar o comportamento presente e futuro da criança; fazem poucas exigências de maturidade e permitem que sejam as crianças a regular as suas próprias actividades; procuram utilizar a razão, mas evitam a utilização de poder expresso para conseguirem os seus fins (Pereira, 2007).

No *estilo autoritário*, o padrão parental caracteriza-se por um nível elevado de controlo mas um baixo nível de afecto e vinculação aos filhos (Cruz, 2005; Pereira, 2007). Os pais autoritários procuram modelar, controlar e avaliar o comportamento da criança de acordo com um padrão rígido de comportamento que é considerado, frequentemente, como padrão absoluto; valorizam a obediência como virtude e recorrem a medidas punitivas quando o comportamento da criança entra em conflito com os padrões de comportamento que consideram aceitáveis; procuram transmitir determinados valores instrumentais como o respeito pela autoridade, o respeito pelo trabalho e o respeito pela preservação da ordem e estrutura tradicional; não encorajam a

troca de opiniões com os seus filhos, acreditando que as crianças devem aceitar a palavra dos pais como aquilo que está certo (Pereira, 2007).

No estilo *autoritativo*, o padrão parental caracteriza-se por um nível elevado de controlo, de exigência e de encorajamento positivo da autonomia da criança, bem como um nível elevado de comunicação (Pereira, 2007; Cruz, 2005). Os pais autoritativos tentam orientar as actividades das crianças de uma forma racional; encorajam a troca de ideias e partilham a razão de ser das directivas e, quando a criança se recusa em obedecer, solicitam que a criança lhes explique a razão do seu não conformismo; valorizam atributos expressivos e instrumentais e valorizam, simultaneamente, a vontade própria e a conformidade à disciplina; exercem um controlo firme e consistente quando surgem divergências entre pais e filhos, mas sem serem restritivos; confrontam as crianças para obter a sua conformidade, expressam os seus valores claramente e esperam que os filhos respeitem as normas; fazem prevalecer a sua perspectiva enquanto adultos, mas reconhecem os interesses individuais e as características específicas das crianças; reforçam e valorizam as qualidades actuais dos seus filhos mas também estabelecem padrões para comportamento futuro; recorrem à razão mas também ao seu poder e à manipulação dos reforços e punições para conseguir os seus objectivos; são responsivos afectivamente na medida em que são afectuosos, apoiantes e empenhados, e, responsivos cognitivamente no sentido em que proporcionam um ambiente estimulante e desafiante (Pereira, 2007).

Num segundo momento de investigação, Baumrind (1989) integrou o estilo parental negligente, definido por níveis baixos na dimensão exigência e níveis baixos na dimensão responsividade. Os pais negligentes caracterizavam-se por serem muito coercivos, não individualizados, pouco promotores da estimulação intelectual, convencionais e nada investidos na monitorização das actividades das crianças (cit. por Pereira, 2007; Cruz, 2005; Steinberg et. al., 1994).

O trabalho de Baumrind contribuiu para o conhecimento dos estilos parentais educativos, esclarecendo, em particular, como diferentes formas de controlo comportamental se associam ao funcionamento adaptativo em diferentes etapas do desenvolvimento. A investigação de Baumrind é também caracterizada pela grande sofisticação metodológica quanto à recolha de dados, pelo recurso a diferentes metodologias e a diferentes informadores para a avaliação dos estilos parentais educativos e da competência da criança (cit. por Pereira, 2007). No entanto, o ponto mais importante de todo o seu modelo passa por ter assumido o processo de

socialização como um processo dinâmico, especificando que o estilo parental adoptado pelas famílias conduz à forma da criança socializar-se com os pais e com os pares (Darling & Steinberg, 1993).

Os trabalhos de Baumrind, embora tenham sido um marco nos estudos sobre estilos parentais, são também alvo de críticas, entre elas, o facto de ter recorrido apenas a amostras de famílias brancas, de nível socioeconómico médio e de zonas urbanas (Baumrind, 1968 cit. por Pereira, 2007). Outras limitações dos trabalhos de Baumrind acerca do comportamento parental referem-se ao facto dos seus estudos se centrarem mais na dimensão controlo parental (por oposição à dimensão afecto/aceitação) e privilegiarem o estudo dos efeitos na competência instrumental e não tanto os efeitos noutros domínios do funcionamento adaptativo. Adicionalmente, apesar de descrever diferenças estatisticamente significativas dos efeitos dos diferentes tipos do comportamento parental na competência de crianças e adolescente, Baumrind não menciona a magnitude do efeito dessas mesmas diferenças (cit. por Pereira, 2007).

Segundo Lewis (1981) (cit. por Darling & Steinberg, 1993), as crianças de famílias autoritativas desenvolvem competências de autonomia ao mesmo tempo que respeitam as regras, não pelo controlo parental exercido pelos pais (como defende Baumrind, 1975a, 1975b) mas pela comunicação característica dos pais e a argumentação permitida às crianças (cit. por Darling & Steinberg, 1993).

Maccoby e Martin (1983) procuraram conciliar a abordagem tipológica de Baumrind com tentativas anteriores de definir o comportamento parental com base em duas principais dimensões: a responsividade e a exigência. Estes autores propõem um esquema de classificação definido em termos de duas principais dimensões do comportamento parental que se distribuem ao longo de um contínuo: a) número e tipo de exigências colocadas pelos pais e b) a aceitação/responsividade parental. Esta classificação deu origem a três padrões parentais educativos, sendo que três deles, o autoritativo, o autoritário e o permissivo, se assemelhavam aos estilos parentais propostos inicialmente por Baumrind. No entanto, e embora o esquema de classificação de Maccoby e Martin (1983) se tenha inspirado nos trabalhos de Baumrind, e, posteriormente, Baumrind (1989) tenha adoptado esse mesmo esquema de classificação, continuam a existir diferenças entre os dois esquemas de classificação dos tipos parentais. Para além dos três estilos, surge na classificação de Maccoby e Martin (1983), um quarto estilo – indiferente/não envolvido – que não tem equivalência em nenhum dos estilos propostos inicialmente por Baumrind.

A existência de quatro principais tipos parentais foi apoiada por alguns estudos que recorreram à análise de clusters. Por exemplo, o estudo de Brenner e Fox (1999) que avaliaram o comportamento parental em três dimensões – disciplina, afecto e expectativas - identificando uma solução de quatro tipos parentais, três deles com algumas semelhanças aos tipos parentais propostos por Baumrind (cit. por Pereira, 2007).

Num outro estudo, de Gorman-Smith e colaboradores (Gorman – Smith, Tolan, Henry, 2000; Gorman-Smith, Tolan, Henry & Forsheim, 2000), foram também identificados quatro tipos de funcionamento familiar, através de *clusters* (cit. por Pereira, 2007).

Mandara e Murray (2002) elaboraram uma análise de *clusters* de dezoito importantes dimensões do funcionamento familiar, resultando três tipos familiares muito semelhantes aos definidos por Baumrind: o padrão *coeso com autoridade*, semelhante ao estilo *autoritativo*, o padrão *conflituoso-autoritário*, semelhante ao estilo *autoritário* e o padrão *defensivo-negligente*, semelhante ao estilo *negligente* (cit. por Pereira, 2007).

Os resultados dos poucos estudos que, recorrendo à análise de clusters, procuraram identificar os padrões parentais educativos parecem apoiar a existência de padrões semelhantes aos encontrados por Baumrind (Pereira, 2007).

Os resultados dos diferentes estudos quanto às vantagens do padrão autoritativo são consistentes: crianças e adolescentes destas famílias têm melhores resultados escolares, atitudes mais positivas relativamente à educação e aspirações mais elevadas (Pereira, 2007; Cruz, 2005; Steinberg et al., 1994; Darling & Steinberg, 1993; Lamborn et al., 1991; Dornbusch et al., 1987), níveis mais elevados de auto-estima, de auto-confiança e de competência social (Lamborn et al., 1991; Steinberg et al. 1994), níveis mais elevados de estratégias de coping activas (Wolfradt et al., 2003 cit. por Pereira, 2007), menor problemas de internalização (Spera, 2005; Steinberg et al., 1994; Lamborn et al., 1991), menos problemas de externalização (Spera, 2005; Steinberg et al., 1994; Lamborn et al., 1991).

Segundo Conrade e Ho (2001), pais e mães adoptam diferentes estilos educativos parentais para com os seus filhos e filhas, sendo que a combinação educativa dos pais (optam por um estilo mais permissivo) e das mães (optam por um estilo mais autoritário) relaciona-se fortemente com o ajustamento emocional das crianças no futuro. Por sua vez, Martin et al. (2007), criticam esta ideia, e salientam que no seio

familiar existe um estilo educativo parental mais comum, adoptado por ambos os progenitores, estando este relatado como estilo autoritativo.

Também de acordo com os resultados dos estudos de Baumrind, os resultados das famílias permissivas não parecem diferir significativamente dos resultados das famílias autoritárias (Lamborn et al., 1991; Dornbusch et. al., 1987). O padrão negligente revelou os piores resultados de todos os padrões, distinguindo-se pela negativa do padrão autoritário e permissivo (Pereira, 2007; Steinberg et al., 1994).

A abordagem dimensional pode contornar algumas limitações da abordagem tipológica, que, por centrar nas configurações das práticas e dos estilos parentais, dificulta o conhecimento de quais as dimensões do comportamento parental que revelam efeitos mais significativos em determinados resultados (Pereira, 2007; Cruz, 2005; Darling & Steinberg, 1993).

Aliança Parental

As investigações empíricas sobre o comportamento parental ainda foram mais longe, sendo que nas duas últimas décadas o interesse por este domínio cresceu e conduziu à elaboração de vários modelos de parentalidade, com o intuito de dar resposta às diversas questões e variáveis que se colocaram (Abidin, 1992).

Em 1984, Belsky apresentou o modelo dos determinantes da parentalidade, em que salientava o maior número de variáveis relacionadas com o comportamento parental, destacando-se as características pessoais, históricas, sociais, comportamentais e conjugais. O seu trabalho possibilitou a introdução de mudanças significativas na comunidade científica, realçando por exemplo, a importância da relação conjugal no ajustamento da parentalidade e do comportamento da criança. (Belsky, 1984 cit. por Abidin, 1992).

Em 1982, Abidin desenvolveu um modelo inicial de comportamento parental que colocava o stress parental como ponto central do modelo, encarando esta variável como motivacional para as famílias usufruírem dos recursos que possuíam, de forma a apoiar a parentalidade (cit. por Abidin, 1992).

Em 1992, Abidin desenvolveu um novo modelo, reflectindo sobre a relevância de variáveis sociológicas, ambientais, comportamentais e de desenvolvimento, predictoras do comportamento parental. Introduziu igualmente uma nova variável,

designada por aliança parental, que substituiu o conceito de relação conjugal descrito por Belsky (1984) (cit. por Abidin, 1992).

O conceito de aliança parental, introduzido no modelo de Abidin (1992), foi criado por Cohen e Weissman (cit. por Abidin, 1992;) com o intuito de descrever uma parte da relação conjugal responsável pela paternidade/maternidade e educação da criança (Abidin, 1992, 1995). Segundo os autores, a aliança parental só se estabelece quando “(a) ambos os pais investem na criança, (b) ambos os pais valorizam o envolvimento do outro com a criança, (c) ambos os pais respeitam a opinião do outro pai em relação à criança e (d) ambos os pais desejam comunicar um com o outro (cit. por Abidin, 1995). A aliança parental surge assim como uma variável medidora do envolvimento e cooperação de cada um dos pais no processo de educação da criança.

Actualmente, a investigação utiliza um novo conceito – coparentalidade – para definir a relação que se estabelece entre os pais no processo de parentalidade.

Feinberg (2003) definiu coparentalidade como o conceito referente “à forma como os pais ou as figuras parentais se relacionam entre si enquanto pais”. Em 2004, Van Egeren e Hawkins definiram a relação de coparentalidade como sendo pelo menos duas pessoas que de comum acordo têm a responsabilidade conjunta pelo bem-estar e educação de uma criança, definição esta, que permitiu englobar uma diversidade de estruturas familiares existentes (e.g. pais casados, em união de facto ou divorciados). A partir das duas definições concebidas, a coparentalidade passou a ser caracterizada pela sincronização dos adultos responsáveis pelo processo de criar e educar uma criança (Groenendyk & Volling, 2007), que continua até à idade adulta, embora decresça com a sua saída de casa e formação de uma nova família (Margolin, Gordis & John, 2001).

O conceito de coparentalidade., segundo autores como Van Egeren e Hawkins (2004), caracteriza-se por ser semelhante a outros termos como aliança parental (Cohen & Weissman, 1984 cit. por Abidin, 1992), parceria parental (Floyd & Zmich, cit. por Van Egeren & Hawkins, 2004) e parentalidade partilhada (Deutsch, 2001 cit. por Abidin, 1995). Ao longo deste estudo, utilizar-se-á o termo de aliança parental comparável ao termo de coparentalidade.

Com base em várias investigações (e.g., McHale, 1995, Belsky et al., 1996, Margolin et al., 2001 cit. por Feinberg, 2003), Feinberg (2002, 2003) identificou quatro componentes no modelo de aliança parental: a *gestão conjunta da família* que se refere às diversas interações que ocorrem entre os membros de uma família; a *divisão de trabalho* que diz respeito aos deveres, responsabilidades e tarefas referentes à criança; o

suporte referente ao apoio ou falta de apoio proporcionado ao outro membro da díade face à sua competência parental; por último, o *acordo na educação e cuidados da criança*, que simboliza o grau de concordância das figuras parentais nas prioridades educacionais e necessidades emocionais. O autor assume que as quatro dimensões estão moderadamente relacionadas entre si, embora seja distintas umas das outras (Feinberg, 2003).

A percepção da aliança parental mantém-se estável ao longo do ciclo vital, podendo sofrer algumas alterações dependentemente da influência de diversos factores (e.g. etapas normativas, características individuais e de personalidade), ocorrendo uma renegociação da relação de aliança nos períodos de transição familiar. Segundo Feinberg (2003), a etapa do ciclo de vida mais afectada por alterações na relação parental é a etapa da família com filhos adolescentes, pelas próprias características inerentes a esta etapa.

Feinberg (2002,2003) sugere ainda que existe uma influência mútua entre factores individuais, familiares e extra-familiares e a aliança parental na medida em que esta não só é influenciada por estes três elementos como também influencia os comportamentos resultantes. Assim, o autor defende que a aliança parental assume a função de mediadora entre os factores de risco e os comportamentos familiares.

As práticas e os estilos parentais educativos estão fortemente relacionados com os atributos que cada um dos cônjuges revê no seu casamento. Se por um lado, vários autores (Frosch & Mangelsdorf; 2001 e O'Brien & Peyton, 2002), defendem a ideia de que as mulheres investem mais no papel parental do que os homens e assim, identificam níveis mais elevados de satisfação conjugal, por outro lado, outros autores (Barnett, Brennan e Marshall, 1994) sugerem que mães e pais tendem a investir no processo parental de igual forma, experienciando ambos, níveis elevados de satisfação conjugal (cit. por Abidin, 1992).

Segundo Bearss e Eyberg (1998), existe uma correlação significativa entre aliança parental e problemas comportamentais nas crianças, sendo que, a aliança entre os pais tende a influenciar positiva ou negativamente os papéis parentais que adoptam, e, consequentemente, o bem-estar dos seus filhos.

Famílias com Necessidades Educativas Especiais

Um dos objectivos cruciais desta investigação passa por estudar o processo de parentalidade em famílias de crianças com necessidades educativas especiais (Nee), em particular crianças autistas, o que pressupõe que neste enquadramento conceptual seja feita uma revisão das principais linhas de pensamento sobre esta problemática e suas implicações familiares e parentais.

As crianças com necessidades educativas especiais são todas aquelas que apresentam risco de um défice físico, emocional, comportamental ou do desenvolvimento, assim como, aquelas que requerem serviços de saúde de tipo específico ou de tempo ilimitado (Kastner et al., 2004; McPherson et al, 1998).

Ao longo do século XX, nos países ocidentais, a evolução dos conceitos e das práticas relativas ao atendimento educativo de crianças e jovens com necessidades educativas especiais tem evoluído consideravelmente. A primeira fase, assenta no pressuposto de que as crianças e jovens com deficiência devem ser protegidas e defende a sua inserção em estruturas que assegurem esses objectivos (Pereira, F., 1996; Amaral, 1994).

Numa segunda fase, nos princípios da década de 60, assiste-se ao desenvolvimento das preocupações educativas e à progressiva importância prestada pelos departamentos oficiais de segurança, saúde e educação, surgindo assim, os centros médico-terapêutico e as escolas especiais. Este desenvolvimento de estruturas educativas específicas é acompanhado por uma crescente preocupação com a observação e o diagnóstico médico-psico-pedagógico das crianças, permitindo a sua classificação em categorias e a encaminhá-las para os diferentes tipos de escolas (Pereira, F. 1996; Amaral, 1994).

À medida que os programas para crianças com necessidades educativas especiais se foram expandido, passou a ser claro que a deficiência envolve determinantes internas, envolvimentais e a interacção de ambas. Assim, numa terceira fase, passa a dar-se ênfase às posições desenvolvimento e interaccionistas que conduziram ao abandono do modelo médico e à adopção do modelo ecológico, onde se faz sentir a importância que é necessário atribuir à própria criança, à sua individualidade, ao seu poder e capacidade para desempenhar um papel activo e estruturante nas interacções que estabelece com o ambiente envolvente (Pereira, F., 1996; Amaral, 1994). Esta nova forma de ver a interacção da criança com o envolvimento, a par do crescente interesse

pelo estudo dos processos de intercâmbio entre a criança e o seu envolvimento, levou os investigadores, nos últimos anos, a orientarem-se para estudos de interacção da criança com os vários ecossistemas em que se insere (perspectiva-sócio-ecológica). Estes estudos vêm chamando à atenção para a importância das características da família, das relações interactivas, das tarefas e do percurso familiar, dos recursos e dos factores de “stress” resultantes de um elemento da família apresentar uma deficiência (Pereira, F., 1996).

O aparecimento de uma criança com deficiência na família vai desencadear no seu seio uma série de reacções. Quanto mais grave for a deficiência, maior será a angústia do agregado familiar, especialmente dos pais, perante uma situação nova, inesperada, desconhecida e perturbadora (Kastner et al., 2004; Pereira, F., 1996). Um acontecimento que afecta qualquer um dos membros da família tem impacto sobre todos os outros, pelo que a presença de uma criança com deficiência altera a natureza e a dinâmica das interacções familiares (Minuchin, 1974).

Sequeira et. al.,(1981) referem que é vulgar os pais além de sentirem culpa, terem vergonha em relação à criança. Sugerem estes autores que os pais das crianças com necessidades educativas especiais reagem de uma forma ambivalente, sendo que as suas atitudes têm sempre uma tonalidade de rejeição: os pais aceitam e amam os filhos, mas também os rejeitam, já que eles também levam frequentemente a restrições de actividade, a aumento de responsabilidade, a pequenos desapontamentos, angústias e irritações. Estes sentimentos, originando culpabilidade, vão resultar, por vezes, em super protecção, preocupações excessivas, auto abdicação, numa tentativa de negação ou compensação dos sentimentos hostis.

Perante os problemas que a criança vai aos poucos colocando, o agregado familiar é obrigado a iniciar todo um conjunto de ajustamentos nas suas relações intra familiares, no sentido de se adaptarem ao novo membro (Pereira, F., 1996).

Enquanto subsistema conjugal, marido e mulher têm necessidades e funções diferentes, no entanto, a presença de uma criança com deficiência pode influenciar as suas interacções. Alguns estudos indicam que uma criança com necessidades educativas especiais pode influenciar negativamente o casamento, defendendo um elevado número de divórcio, desarmonia familiar e deserção do marido (Gath, 1977, Murphy, 1982, Reed & Reed, 1965 cit. por Pereira, F., 1996). No entanto, estudos não concordantes com os anteriores, sugerem que, em alguns casos, a presença de uma criança com

deficiência pode exercer um impacto positivo no casamento, havendo casais que sentem que o seu casamento se fortaleceu (Summers, 1987 cit. por Pereira, F., 1996).

O subsistema pais - filhos envolve as interações entre os pais e filhos. Em cada família, os pais assumem determinadas funções, enquanto pai, enquanto mãe e enquanto casal. Estes papéis podem ser implícitos ou explícitos e podem mudar com o tempo (Minuchin, 1974). A presença de uma criança com deficiência provoca necessariamente, impacto no papel dos pais e pode afectar quer o pai quer a mãe de várias formas. Gumz e Gubrium (1972) e Tallman (1965) verificaram que os pais apresentam maior estigma pelo facto de terem uma criança com deficiência do que as mães. Cummings (1976) chega a conclusões semelhantes e refere que os pais das crianças com deficiência apresentam um mais baixo nível de auto-estima (cit. por Gallagher et. al, 1983).

Noutros estudos, Gallagher, Cross Scharfman (1981), Gumz e Gubrium (1972), sugerem que a presença de uma criança com deficiência tende a aumentar as diferenças nos papéis tradicionais dos pais. Segundo os autores, os pais são predominantemente protectores, mantêm as actividades fora de casa, enquanto as mães compram os livros, fazem as compras, preparam as refeições, tratam da roupa e fazem de enfermeiras (cit. por Gallagher et. al, 1983). Os resultados das últimas investigações revelam que as tendências actuais vão no sentido de ambos os pais passarem a assumir, cada vez mais, os mesmos papéis (Pereira, F., 1996).

Vários estudos identificaram as famílias das crianças com necessidades educativas especiais como particularmente vulneráveis à experiência de stress. Estes estudos evidenciam, nomeadamente, o aumento do número de divórcios e de suicídios (Price-Bonham & Addison, 1978 cit. por Pereira, 1996), o aumento acrescido de dificuldades económicas resultantes de necessidades de aquisição de equipamentos especiais, cuidados médicos ou programas educativos especiais (Holroyd & McAndrew, 1976), um maior isolamento e uma diminuição da mobilidade social dos pais (Marcus, 1977), uma diversidade de manifestações emocionais como depressão, culpa e ansiedade (Marcus, 1977; Holroyd & McAndrew, 1976).

Enquanto as características da criança, como a natureza da sua deficiência e os problemas consequentes de comportamento manifestam-se como uma importante influência, as experiências económicas, sociais e emocionais dos pais podem ser relatados como factores de stress (Woolfson & Grant, 2006; Kastner, 2004).

De entre as características demográficas, o estatuto sócio-económico da família merece um destaque especial no entender de alguns estudiosos desta matéria. Sugerem estes autores que os membros das classes mais baixas experimentam situações de stress mais severas, embora não tão frequentes do que os membros das famílias de classe média, sendo que as situações sócio-económicas não só ocasionam um elevado nível de stress como também influenciam a capacidade de os pais interagirem com os seus filhos (Rosenberg, 1977 cit. por Pereira, F., 1996). Também o “background” étnico e religioso influenciam consideravelmente o dia-a-dia da família no que respeita aos hábitos alimentares, rituais e tradições; este “background” serve um conjunto de valores e de perspectivas do mundo que ajudam a família a definir quem é, o que, por sua vez, influencia a forma de encarar a deficiência. A religião é para muitas famílias vista como uma estratégia de *coping* (Pereira, F., 1996).

Autismo

De entre as várias desordens que levam as crianças e suas famílias a admitirem necessidades especiais, o Autismo é uma das problemáticas que mais necessidades faz emergir no seio familiar.

O Autismo é uma deficiência mental específica, susceptível de ser classificada nas Perturbações Pervasivas do Desenvolvimento, que afecta qualitativamente as interacções sociais recíprocas, a comunicação verbal e não verbal, a actividade imaginativa e expressa-se através de um repertório restrito de actividades e interesses (Williams et. al., 2006; Frith, 2003; Nissenbaum et. al., 2002; Tarakeshwar & Pargament, 2001; Pereira, E., 1999, 1996; Volkmar, 1998). O Autismo é frequentemente considerado “espectro” de desordem sendo que as manifestações dos sintomas podem emergir em grau mínimo ou elevado (Pereira, E., 1999; Wing, 1996).

Falar de Autismo obriga a começar por se falar de Leo Kanner e Hans Asperger, autores que independentemente um do outro, elaboraram as primeiras publicações sobre esta desordem. Ambas as publicações, continham descrições detalhadas de casos de crianças autistas, e constituíram-se como os primeiros modelos teóricos sobre a desordem (Frith, 2003; Volkmar, 1998; Pereira, E., 1999, 1996). Mesmo com descrições diferentes, quer Kanner (1943), quer Asperger (1944), concluíram que estas crianças estão afectadas por uma perturbação do contacto social, que implícita, em quaisquer que sejam os níveis, os aspectos relativos aos afectos, e que impõem

particularidades especiais na comunicação e na adaptação relacional, comportamentos cobertos e ideias repetitivas, e padrões curiosos de desempenhos intelectuais (cit. por Frith, 2003; Volkmar, 1998; Pereira, E., 1999, 1996). Sinteticamente, o autismo afecta as crianças nos domínios cognitivos, sociais e de comunicação (Tanguay, 2000).

Assim, desde 1943 até aos nossos dias, tem vindo a ser produzido um progressivo número de esforços, cada vez com maior complexidade e diversidade, materializados, quer em associações que cuidam das pessoas afectadas com este síndrome, quer em centros terapêuticos e de pesquisa, e que tentam aprofundamentos quase científicos e científicos, nas vertentes biológica, psicológica, educacional e social, de modo a melhorarem a delimitação e entendimento desta alteração grave do comportamento infantil (Tanguay, 2000; Volkmar, 1998; Pereira, E., 1999; Wing, 1996).

Actualmente, o Autismo é considerado uma Perturbação Global do Desenvolvimento (Pervasiva), e, caracteriza-se de um modo sumário através de diversas expressões de três grupos de comportamentos relacionados com as seguintes áreas: disfunções sociais, perturbações na comunicação e no jogo imaginativo e interesses e actividades restritos e repetitivos. Estas manifestações comportamentais, para que seja possível considerar-se em termos de diagnóstico o autismo, devem estar presentes desde o nascimento até aos 36 meses de vida aproximadamente, persistindo e evoluindo de modos diferentes ao longo do tempo de vida (Frith, 2003; Pereira, E., 1999, 1996; Volkmar, 1998; Wing, 1996).

De uma forma geral, a desordem autista caracteriza-se por relações sociais alteradas sobretudo pelas dificuldades de estabelecimento de vínculos afectivos ou comportamentos de apego e são mais acentuadas nos primeiros cinco anos de vida (Baron-Cohen, 1995; Wing, 1996); um dos aspectos relacionais disfuncionais em evidência é o contacto pelo olhar, que nas crianças autistas, parece ser fortuito, superficial, fugidio, havendo muitas vezes a sensação por parte de quem se relaciona com elas, de estarem apenas atentos em momentos episódicos. Demarca-se ainda a falta de empatia, as inconsistências de estabelecimento e manutenção da troca social, e, igualmente falhas para perceber os sentimentos e as respostas dos outros, falhas no desenvolvimento e diversificação de amizades, problemas bem marcados na capacidade para se envolverem em jogos colectivos e cooperativos com outras crianças ou adultos (Frith, 2003; Volkmar, 1998; Pereira, E., 1999, 1996).

Para além das disfunções sociais, realça-se as diversas e graves alterações que precedem o desenvolvimento da linguagem nas crianças autistas. Uma das mais importantes é a capacidade de imitação social em contextos sociais, bem como, o atraso ou falha no desenvolvimento linguístico, falhas nas respostas à comunicação dos outros, falha relativa de iniciar ou manter a troca comunicacional, o uso da linguagem estereotipado e repetitivo, o uso idiossincrático de palavras e anormalidades na prosódica do discurso; igualmente vulgar é a linguagem ser acompanhada de uma inversão pronominal do “eu” pelo “tu” (Frith, 2003; Volkmar, 1998; Pereira, E.,1999,1996).

Finalmente, como corolário destes conjuntos de áreas facilmente enraizados nos reportórios dos autistas, tornam-se eles próprios muito sensíveis a quaisquer alterações do meio ambiente, físicas ou sociais, mas que se acontecerem, introduzem alguma imprevisibilidade aquilo que é habitual terem por certo, sendo de imediato manifestada total resistência a novas aprendizagens e adaptações. Estas características levam a que se desenvolvam também comportamentos de ligação especial aos objectos e aos ambientes, comportamentos estes que têm uma intensidade e frequência elevadas e que dificultam os seus contactos sociais e o interesse por estimulações alternativas, ajudando por isso a perpetuar estes padrões de relação com o mundo (Frith, 2003; Volkmar, 1998; Pereira, E.,1999,1996).

Os dados em termos gerais vêm apontando para taxas na ordem dos quatro (4.0) a cerca de sete (6.7), por cada 10.000 crianças no espectro total das perturbações passíveis de serem consideradas autismo (Pereira,E., 1999, 1996).

A proporção de sexos também está hoje relativamente bem definida através de diferentes estudos, evidenciando que os rapazes aparecem em maior número que as raparigas, numa relação de 1.4 a 4.8 (Lotter, 1966; Torrey, Hearsch & McCabe, 1975; Wing, 1981; Bohman et. al., 1983; Gillberg, 1984; Steinhausen & Breulinger, 1986 cit. por Pereira, 1999).

Actualmente, pouco consenso existe na comunidade científica acerca das causas que conduzem à desordem autista. No entanto, a literatura reconhece o autismo como tendo origens genéticas, em especial, com base em múltiplos genes, assumindo o contributo de factores ambientais. (Volkmar & Weisner, 2004; Jennings, 2005; Williams et. al., 2006). Todavia, não existem instrumentos que permitam testar empiricamente as origens genéticas desta desordem. Desta forma, o autismo é avaliado por observação dos comportamentos (Nissenbaum, 2002). Vários autores sugerem que a

maioria dos casos de autismo é identificada entre os três e os cinco anos de idade (Filipek et. al., 1999; Lord & Rossi, 1998 cit. por Nissenbaum, 2002).

O Autismo é considerado, para as famílias, o problema de maior stress no âmbito das desordens do desenvolvimento infantil, sobretudo devido aos problemas de comunicação, de expressão emocional e de comportamentos anti-sociais (Gray, 2006; King, 2006).

Após uma criança ser diagnosticada como autista, muitos pais passam por uma fase difícil, em que são assaltados por sentimentos de choque, de descrença, de negação, de culpa, de isolamento, de incapacidade afectiva e em que encontram as suas próprias estratégias de *coping* que lhes permite uma perspectiva de vida mais positiva (Tarakeswar & Pargament, 2001; King, 2006).

As estratégias de coping são vitais nas famílias com crianças autistas, no sentido em que estes pais necessitam de encontrar formas de se adaptarem ao problema, sendo que as estratégias adoptadas dependem em grande parte dos recursos que possuem (Tarakeswar & Pargament, 2001).

As estratégias de *coping* nas famílias com crianças autistas caracterizam-se pela atribuição de significados positivos face ao acontecimento, por uma auto-avaliação dos pais como sendo competentes e eficazes, pelo desenvolvimento do controlo perante a situação problemática (King, 2006; Kazac et. al., 2004). Segundo vários autores, criar e educar uma criança autista leva as famílias a examinarem os valores e as prioridades, transformando-as e adaptando-as à experiência da criança (Scorgie & Sobsey, 2000). Ao longo do tempo, os pais tendem a vivenciar mudanças na forma como vêem o seu filho, como se vêem a si próprios e o mundo. As novas perspectivas que adoptam conduzem a um enriquecimento de vida e a uma valorização da sua própria vivência (Nelson, 2002; Scorgie & Sobsey, 2000).

Uma grande variedade de transformações positivas foi reportada pelos pais de crianças autistas, reconhecendo o desenvolvimento de qualidades individuais como o amor, a compaixão, a paciência e a tolerância; o aprofundar das relações entre os membros familiares e a família alargada (Scorgie & Sobsey, 2000; Kausar et. al., 2003); uma forte crença espiritual e religiosa a capacidade dos pais para focarem-se essencialmente no presente (Scorgie & Sobsey, 2000; Poston & Turbull, 2004) e a valorização das coisas mais pequenas da vida (Abbott & Meredith, 1986 cit. por Kausar et. al., 2003).

Para as famílias com crianças autistas, as estratégias de *coping* (e.g. sexo do progenitor, suporte social, idade dos filhos, actividades de *coping*, família alargada, grupos de suporte e religião) vão sendo alteradas ao longo do tempo. O grande número de estratégias adoptadas inicialmente pelas famílias vai decrescendo e vai passando de *coping* focado no problema para o *coping* focado nas emoções. Em particular, verifica-se que a necessidade de suporte social diminui e as estratégias de *coping*, em especial, a religião, aumentam a qualidade de vida destas famílias. Como consequência, a sua vida torna-se mais rotineira e os pais passam a experienciar níveis mais baixos de stress, avaliando-se como mais eficazes na criação e educação dos seus filhos (Tarakeswar & Pargament, 2001).

Tarakeswar e Pargament (2001), sugerem que a religião apresenta-se como um recurso de suporte para as famílias com filhos autistas, sendo que possibilita uma maior aceitação das dificuldades que vão vivendo perante a problemática de deficiência, um maior conforto e intimidade com os outros, e um bem-estar emocional e psicológico. Assim sendo, as famílias com crianças autistas têm uma maior tendência para frequentarem a igreja e encontrarem na religião uma estratégia de adaptação.

À medida que os pais de crianças autistas se vão adaptando ao acontecimento, compreende-se a dificuldade na relação entre a criança com deficiência e a forma educativa que os pais adoptam (Woolfson & Grant, 2006). Estas crianças são, em especial, dependentes a longo prazo, exigentes para com as famílias no sentido em que as suas necessidades são muitas, e requerem qualitativa e quantitativamente suporte para o seu desenvolvimento (Woolfson & Grant, 2006; O'Connor, 2002).

Segundo Woolfson e Grant (2006), os pais de crianças autistas tendem a adoptar como estilo parental predominante o estilo autoritativo, estando mais envolvidos no dia-a-dia da vida dos seus filhos, na suas necessidades e dificuldades, comparativamente com as famílias não autistas. Especificamente, segundo Lisi e Lisi (2007), embora haja uma predominância de um determinado estilo educativo na família, as mães tendem a adoptar frequentemente o estilo permissivo e os pais o estilo autoritário, para com os filhos.

A reabilitação de base familiar e comunitária, a reabilitação total, é actualmente entendida como uma estratégia global relativa à educação e integração social das crianças com deficiência e deve implementar-se através da articulação e conjugação de

esforços das próprias pessoas com deficiência, suas famílias e serviços formais e informais de suporte social (Pereira, F., 1996).

Neste longo e complexo processo, uma das temáticas que nos últimos anos tem conhecido avanços conceptuais mais significativos é a que respeita à colaboração entre família e escola, à participação dos pais no processo educativo dos seus filhos com deficiência, à participação dos pais nos processos de decisão relativos à educação dos seus filhos. Também é deste diálogo, deste encontro, da adaptação mútua e recíproca entre a intervenção dos profissionais e as expectativas e necessidades das famílias, desta renovada construção de relações significativas entre pais, técnicos, redes formais e informais de suporte social, que se alimenta o desenvolvimento, a educação e a integração social das pessoas com deficiência (Pereira, F., 1996).

Processo longo, este, permanentemente inacabado, votado a uma constante recomeçar. Sísifo era um mortal, fundador de Corinto; foi condenado por Zeus a empurrar, eternamente, até ao alto de uma montanha, um enorme rochedo. Logo que o rochedo chegava ao cume do monte voltava, impelido pelo próprio peso, a cair. E Sísifo tinha que começar de novo. Longo é o combate, poisem qualquer contexto social encontramos presentes a interacção de forças integradoras e de formas marginalisadoras. Também nesta árdua luta se constrói a poesia do arco-iris (cit. por Pereira, F., 1996).

Metodologia

1.1 Questão Inicial

Na presente investigação, pretende-se compreender, de uma forma global, os efeitos do processo de parentalidade no desenvolvimento das crianças, analisando em concreto o impacto de dois factores – estilos educativos parentais e aliança parental – bem como, a religiosidade enquanto factor sócio-demográfico.

Poder-se-ia analisar todas estas dimensões em famílias ditas regulares e muito trabalho seria feito, e, muitos seriam os resultados interessantes a obter e a investigar, no entanto, pretende-se com este estudo chegar ainda mais longe. Pretende-se não só compreender a influência e a relação dos factores enunciados em famílias regulares,

mas também, analisar a influência e a relação desses mesmos factores em famílias com crianças autistas.

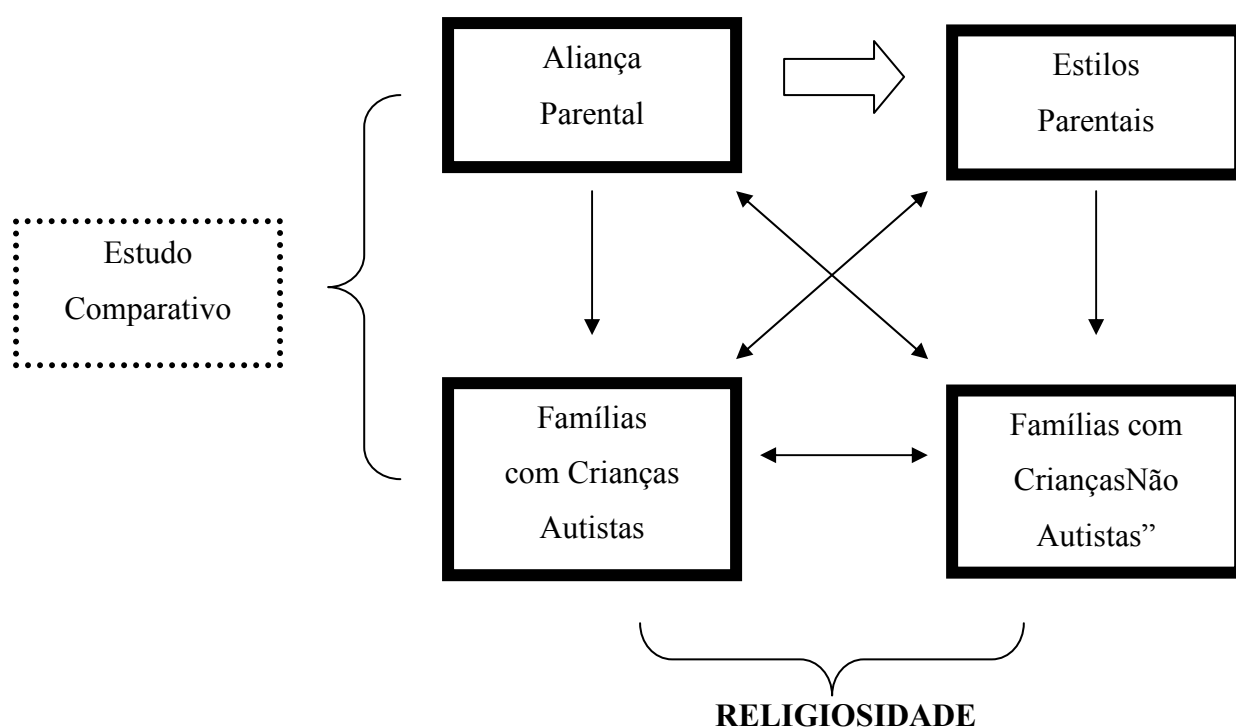
Assim, considera-se como principal linha de trabalho, realizar um estudo comparativo que compreenda a influência e a relação dos estilos parentais, da aliança parental e da religiosidade, em famílias regulares e em famílias com crianças autistas, despistando em ambas as amostras, diferenças e semelhanças no processo de parentalidade.

1.2 Mapa Conceptual

A investigação em curso apresenta como principais variáveis, os estilos educativos parentais e a aliança parental, e como variável transversal a religiosidade.

Em concreto, pretende-se comparar os estilos educativos adoptados e o tipo de aliança parental adquirida em famílias com crianças não autistas e em famílias com crianças autistas, assim como, analisar independentemente os estilos educativos e a aliança parental em mães e pais de filhos não autistas, e, em mães e pais de filhos autistas.

Pretende-se ainda estudar a religiosidade como factor sócio-demográfico e verificar a sua relação e influência no processo parental das duas amostras.



1.3 Objectivos

O presente estudo comparativo insere-se na temática da parentalidade, tendo como objectivo primordial compreender e conhecer as possíveis diferenças nos estilos parentais e no tipo de aliança parental em famílias com crianças não autistas e em famílias com crianças autistas. Com base neste objectivo geral, pretende-se em especial:

a) Comparar o estilo parental mais frequente em famílias com crianças autistas e em famílias com crianças não autistas;

b) Comparar a aliança parental desenvolvida em famílias com crianças autistas e em famílias com crianças não autistas;

c) Compreender e comparar os estilos parentais e o tipo de aliança parental adoptados entre as mães e os pais, de ambas as amostras.

d) Compreender a influência da aliança parental nos estilos parentais das famílias com crianças autistas e das famílias com crianças não autistas;

e) Compreender a influência e relação da religiosidade, como factor sócio demográfico, na determinação dos estilos educativos parentais e aliança parental das duas amostras.

1.4 Hipóteses de Investigação

Em resposta aos objectivos enunciados, importa colocar questões de partida que explicitem concretamente os resultados que se prevêem obter com as análises estatísticas e com a revisão de literatura apresentada anteriormente.

Como primeira hipótese, assume-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nos valores médios de aliança parental entre pais com filhos autistas e pais com filhos não autistas, sendo que a falta de informação concreta a este respeito, conduz a uma análise exploratória.

Numa segunda hipótese, defende-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nos valores médios da aliança parental entre pais e mães, de ambas as amostras, como nos mostram os estudos desenvolvidos por Frosch e Mangelsdorf (2001) e O'Brien e Peyton (2002), os quais defendem que as mães possuem níveis de aliança parental mais elevados que os pais, estando esta ideia associada aos papéis parentais que ambos os cônjuges desenvolvem no seio familiar. Não tendo informação

suficiente quanto às famílias com crianças autistas, realizar-se-á também nesta questão, uma análise mais exploratória.

Defende-se como terceira hipótese a existência de diferenças estatisticamente significativas nos valores médios dos estilos parentais entre pais com filhos autistas e pais com filhos não autistas, salientando-se os estudos de Woolfson & Grant (2006), que sugerem que pais de crianças autistas tendem a adoptar como estilo parental predominante o estilo autoritativo, e Conrade & Ho (2001), que assumem que pais de crianças (não autistas) adoptam diferentes estilos educativos parentais, sendo que os pais optam por um estilo mais permissivo e as mães optam por um estilo mais autoritário.

Como quarta hipótese, espera-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nos valores médios dos estilos parentais entre pais e mães, de ambas as amostras. Segundo Lisi e Lisi (2007), os pais com filhos autistas tendem a ser mais autoritários e as mães tendem a ser mais permissivas e, segundo Conrade e Ho (2001), as famílias (não autistas) tendem a apresentar diferentes estilos parentais, sendo que os pais adoptam um estilo mais permissivo e as mães um estilo mais autoritário.

Como quinta hipótese, assume-se que a aliança parental influencia significativamente os valores médios dos estilos parentais, tal como refere Abidin (1992).

Por último, defende-se que a religiosidade influencia significativamente os valores médios dos estilos parentais e da aliança parental, salientando-se os estudos de Tarakeswar e Pargament (2001), que referem a religião como uma importante estratégia de *coping*, permitindo ter uma perspectiva de vida mais positiva.

Em síntese, e de acordo com a literatura, espera-se que as famílias com crianças autistas e as famílias com crianças não autistas, apresentem resultados distintos no que concerne às variáveis estilos parentais e aliança parental, e, espera-se ainda que a religião tenha um impacto significativamente estatístico em famílias autistas e em famílias não autistas..

1.5 Estratégia Metodológica

1.5.1 Caracterização da Amostra

As duas amostras – famílias com crianças autistas (identificadas como o grupo 1) e famílias com crianças não autistas (identificadas como grupo 2) foram recolhidas em Portugal, e cada uma é constituída por oitenta casais, com filhos até aos dezoito anos.

Para efeitos de comparação posterior fez-se equivaler os dois grupos, nas seguintes variáveis: idade, tempo de casamento, sexo dos filhos, composição familiar e tipo de filhos, variáveis consideradas fundamentais para tornar as duas amostras o mais semelhantes possíveis, permitindo uma **caracterização geral** para ambas, bem como, um posterior estudo comparativo e estatístico.

As idades dos sujeitos (Fig.1) estão compreendidas entre os 20 e os 69 anos, sendo que a idade média dos homens do *grupo 1* = 41,5 anos e a idade média dos homens do *grupo 2* = 40,1 anos, $t(78) = 0,993$, $p = 0,324$; a idade média das mulheres do *grupo 1* = 38,5 anos e a idade média das mulheres do *grupo 2* = 38,3 anos, $t(78) = 0,124$, $p = 0,902$. Compreende-se que a média das idades dos homens situa-se entre os 40 e os 49 anos para ambos os grupos, e, que a idade média das idades das mulheres situa-se entre os 30 e os 39 anos.

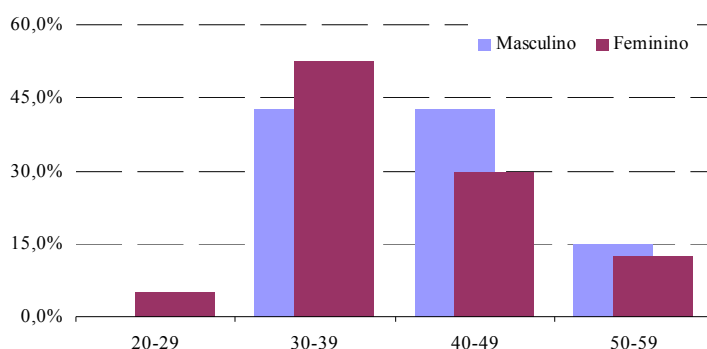


Fig.1 Sexo e Idade

Relativamente ao nível de escolaridade (Fig.2), registam-se diferenças entre homens e mulheres (grupo 1 e 2), sendo que o nível de escolaridade com maior frequência para o sexo masculino é o 12º ano, e o nível de escolaridade com maior frequência para o sexo feminino é o ensino superior. È de realçar que no grupo de

famílias com crianças autistas, embora o nível de escolaridade mais referido seja o ensino superior, um grande número de mães referem como profissão actual o “doméstica”. Por outro lado, o nível de escolaridade menos frequente para os homens é a frequência universitária, e para as mulheres, o 4º ano de escolaridade.

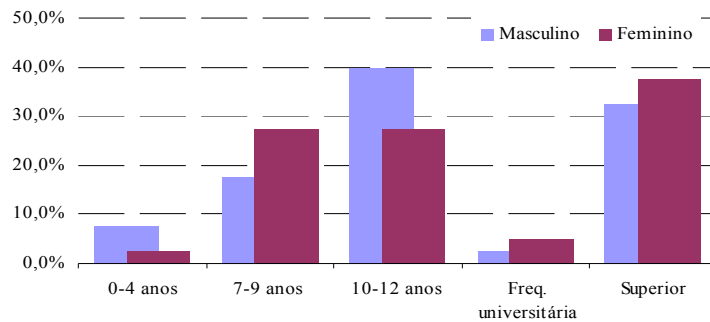


Fig.2 . Sexo e Nível de Escolaridade

Quanto à origem étnica de ambas as amostras, verifica-se que os participantes são na sua pluralidade de etnia caucasiana (97.5% de sexo masculino e 95% de sexo feminino), sendo que 2.5% (N = 5) dos sujeitos são de etnia africana, e 2.5% são de outra etnia.

Na sua pluralidade, os participantes residem na zona de Grande Lisboa e arredores (95%, grupo 1 e 2), sendo que 5% dos sujeitos reside no Centro do país.

Quanto ao agregado familiar habitacional (Fig.3), Fisher=1,00, 95% dos participantes (N = 38, grupo 1 e 2) vive com a família nuclear e 5% (N = 2, grupo 1 e 2) dos participantes vive com a família nuclear e alargada.

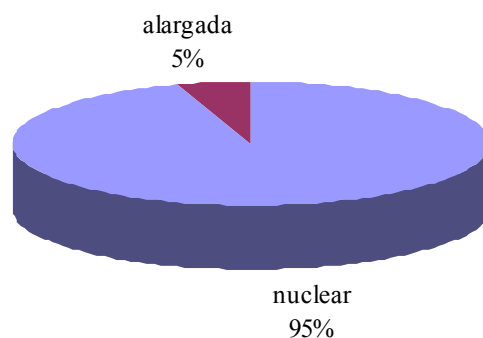


Fig.3 Composição Familiar

Tendo em conta que 100% dos participantes são casados, analisou-se o tempo de casamento (Fig.4), $Z=-0,601$, $p=0,548$, sendo que a maioria dos sujeitos estão casados entre os cinco e os nove anos.

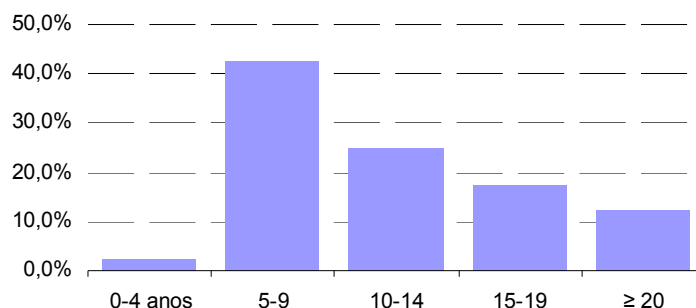


Fig.4 Tempo de Casamento

Relativamente ao tipo de filhos (biológicos ou mistos), utilizou-se o teste exacto de Fisher, $F=0,497$, verificando-se que na sua grande maioria são filhos biológicos (97.5%, $N = 39$, grupo 1 e 2), e apenas 2.5% ($N = 1$, grupo 1 e 2) são filhos mistos.

Em relação à etapa do ciclo de vida do casal (Fig.5), utilizou-se novamente o teste exacto de Fisher, no sentido em que testou-se a independência de variáveis numa tabela 2X2, $F = 1,00$, registando-se uma maior frequência de filhos com idades pré-escolares (35%, $N = 14$, grupo 1 e 2) e uma menor frequência de filhos adolescentes (20%, $N = 8$, grupo 1 e 2).

Idade do Filho	Frequência	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
Só Pré-escolar	14	35,0	35,0
Só escolares	9	22,5	57,5
Só adolescentes (10-17)	8	20,0	77,5
Mistos	9	22,5	100,0
Total	40	100,0	

Quadro.5 Classificação da Idade do Filho

Também no sentido de analisar o sexo dos filhos, recorreu-se novamente ao teste exacto de Fisher numa tabela 2X2, $F=0,869$, verificando-se que 65% ($N = 26$, grupo 1 e 2) são filhos do sexo masculino e 35% ($N = 14$, grupo 1 e 2) são filhos do sexo feminino.

Quanto ao número total de filhos (Fig.6), regista-se que 52% dos casais tem somente um filho (N= 21, grupo 1 e 2), 42.5% tem dois filhos (N = 17, grupo 1 e 2) e apenas 5.0% (N = 2, grupo 1 e 2) dos casais têm três filhos.

Número de Filhos	Frequência	Percentagem Válida	Percentagem Cumulativa
1	21	52,5	52,5
2	17	42,5	95,0
3	2	5,0	100,0
Total	40	100,0	

Quadro.6 N° total de filhos

No que se refere ao acompanhamento psicológico ou psiquiátrico, cerca de 90.% (N = 36, grupo 1 e 2) dos sujeitos nunca teve acompanhamento, 7.5% (N = 3, grupo 1 e 2) teve no passado e 2.5% (N = 1, grupo 1 e 2) tem acompanhamento actualmente.

Por último, em termos de questões de religiosidade, verifica-se que a maioria dos participantes são crentes não praticantes (47.5%, N = 19, grupo 1 e 2), sendo a católica a religião mais referida pelos participantes (42.5%, N = 17, grupo 1 e 2)

1.5.2 Procedimento na Recolha e Tratamento dos Dados

Durante o decorrer dos meses de Dezembro de 2007 e de Janeiro de 2008, concretizou-se como objectivo primário, a aplicação do *Questionário Geral*, bem como dos restantes questionários mencionados a casais representativos de ambas as amostras – famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas. Identificou-se como requisitos básicos para aplicação dos questionários, os sujeitos serem casados ou viverem em união de facto, sendo que alguns teriam de ter filhos e outros não, e, os filhos deveriam ser menores de dezoito anos. Com base nestas condições, os investigadores envolvidos contactaram um número limitado de famílias e procederam à aplicação dos questionários durante os dois meses (sendo a recolha dos questionários das famílias com crianças autistas prolongada até Abril).

A administração dos questionários nas famílias com crianças não autistas foi realizada maioritariamente no domicílio dos casais ou em locais calmos com as

condições necessárias à sua aplicação, sendo que em alguns casos, os questionários foram entregues aos participantes e recolhidos posteriormente.

Por sua vez, a aplicação dos questionários às famílias autistas foi efectuada por intermédio das instituições* onde a criança se encontrava na maior parte do dia, e à qual foi feito o contacto pela investigadora.

Os dados das famílias com crianças autistas foram recolhidos unicamente pela investigadora, a partir do mês de Abril, junto das instituições* colaboradoras, sendo que todos eles chegaram em envelope fechado. Os procedimentos estatísticos foram efectuados

Em ambos os casos, foi pedido aos participantes que respondessem às questões individualmente, assim como, foi garantida a confidencialidade total dos dados.

A recolha de dados das duas amostras foi realizada separadamente: Os dados referentes às famílias não autistas foram recolhidos pelos investigadores do projecto até ao dia 31 de Janeiro, sendo que a partir do mês de Fevereiro foi efectuada a sua análise com a introdução dos dados numa base de SPSS (versão 15.0 para *Windows*), criada pelas Professora Orientadoras do Projecto e pela Professora de Estatística Co-Orientadora, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. A única base de dados criada, abarcou todas as aplicações efectuadas (através de um código identificativo de cada investigador) com as reclassificações de variáveis.

1.5.3 Instrumentos

O presente estudo insere-se numa investigação mais ampla, denominada “Família, Conjugalidade e Parentalidade”, a decorrer na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, em que os participantes responderam a um conjunto vasto de instrumentos inseridos nas temáticas da conjugalidade, parentalidade e da família de origem.

*Associação Portuguesa das Perturbações do Desenvolvimento e do Autismo, Associação do Deficiente Profundo do Cacém; CECD de Mira-Sintra; Coordenação de Intervenção Precoce de Sintra; Banco de Informação de Pais para Pais (BIIP)

Neste caso em concreto, para além de um Questionário Geral, que teve como objectivo aceder a um relatório de dados sócio-demográficos, familiares e complementares, os sujeitos das duas amostras preencheram mais dois questionários, sendo eles, o Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1996; adaptação de Carapito, Pedro & Ribeiro, 2007) e o Inventário de Aliança Parental (Abidin, 1995; adaptação de Pedro & Ribeiro, 2007).

1.5.3.1 Questionário Geral

O *Questionário Geral* foi elaborado para uma identificação e caracterização do participante e da sua respectiva família, analisando alguns dados pessoais como o sexo, as habilitações literárias, a origem étnica, a idade, a profissão, a zona de residência, bem como dados de natureza familiar, informações sobre os elementos do agregado familiar habitacional, o estado civil, a situação relacional/estatuto conjugal, o número e tipo de filhos e as questões de religiosidade.

1.5.3.2 Questionário de Dimensões e Estilos Parentais

O *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995; adaptação de Carapito, Pedro & Ribeiro, 2007) é um instrumento de auto-resposta, com versão mãe e versão pai. É constituído por 60 itens e a escala de resposta é do tipo *Likert* com cinco alternativas, em que o 1 corresponde a “Nunca” e o 5 corresponde a “Sempre”. Este questionário permite avaliar os estilos educativos parentais de cada um dos pais, bem como a percepção que cada um tem sobre as práticas parentais do outro; permite ainda, avaliar as dimensões subjacentes às práticas parentais de cada um, o que, por sua vez, é subjacente a determinado estilo parental.

O instrumento original de Robinson e colaboradores (1995) constituído por 133 itens e validado por uma amostra de 1251 casais, em que 534 eram pais e 717 eram mães, foi reduzido para um número total de 62 itens, a partir da rotação Varimax. O instrumento teve por base a conceptualização de Baumrind (1971), que identificou três tipologias principais de estilos parentais, sendo o estilo autoritativo, o estilo autoritário e o estilo permissivo. O estilo autoritativo, com vinte e sete itens e uma percentagem de variância explicada de 47.4%, apresenta uma consistência interna de .86 (*alpha de Cronbach*) e extraiu quatro factores, identificando o calor e envolvimento, estimulação do raciocínio, participação democrática, paciência e respeito. O estilo autoritário, com

vinte itens e uma percentagem de variância explicada de 46.8%, manifesta uma consistência interna de .91 (*alpha de Cronbach*) e extraiu igualmente quatro factores, sendo eles, hostilidade verbal, castigos físicos, estratégias punitivas e directividade excessiva. O estilo permissivo, com quinze itens e uma percentagem de variância explicada de 40.3%, apresenta uma consistência interna de .75 (*alpha de Cronbach*) e extraiu três factores, sendo eles, falta de firmeza, ignorar o mau comportamento e excesso ou falta de auto-confiança (Robinson et. al, 1995).

É de salientar o facto da correlação dos itens e conseqüentemente das dimensões respectivas a cada estilo ser elevada, sendo que, a escala apresenta uma boa consistência interna ($> .70$). As características psicométricas do instrumento sugerem que este é consistente com a conceptualização tipológica e triádica de Baumrind (1971), e, como resultado, refere-se o facto desta tipologia ser suportada e validada empiricamente (Robinson et al., 1995).

Na versão portuguesa, o *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995; adaptação de Carapito, Pedro & Ribeiro, 2007) apresenta igualmente três factores, os quais vão de encontro à tipologia enunciada por Baumrind, registando-se o estilo autoritativo, o estilo autoritário e o estilo permissivo. O estilo autoritativo, com quinze itens correspondentes, apresenta uma consistência interna de .846 (*alpha de Cronbach*) para as mães e de .862 (*alpha de Cronbach*) para os pais. O estilo autoritário com nove itens correspondentes, manifesta uma consistência (*alpha de Cronbach*) de .703 para as mães e de .676 para os pais. O estilo permissivo, com apenas três itens correspondentes, traduz uma consistência interna de .659 (*alpha de Cronbach*) para as mães e de .751 (*alpha de Cronbach*) para os pais. Estes valores identificam características psicométricas elevadas quer em termos de consistência interna quer em termos de precisão, no que concerne à aferição portuguesa do instrumento.

No presente estudo foi utilizada uma versão reduzida do QDEP composta por 32 itens (Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995). O questionário apresenta uma versão "Pai" e uma versão "Mãe", que diferem apenas no género utilizado para formulação das questões e é constituído por duas secções, sendo que uma delas é composta por 32 itens de auto - avaliação e a outra por 32 itens de hetero - avaliação. As repostas compreendem-se numa escala de Likert, de 1(Nunca) a 5 (Sempre), consoante a frequência em que as situações descritas nas afirmações ocorrem.

A versão portuguesa apresenta na escala "Próprio" um *alpha* de 0.744 para mães e um *alpha* de 0.751 para pais; na escala "Outro" obteve-se um *alpha* de 0.770 para mães e um de *alpha* de 0.777 para pais. Para a adaptação do instrumento, uma vez que se trata de uma escala ordinal, utilizou-se uma variante da análise em componentes principais - Análise das Ordens, que recorre à aplicação de uma matriz de correlação de Spearman (em vez da tradicional matriz de correlações de Pearson), tendo sido retirados os itens 4, 10, 26 e 28.

Diversos são os contextos de aplicação deste questionário, assim como, vasta é a sua utilização. Segundo Robinson e colaboradores (1996), este questionário pode ser transformado e utilizado em estudos intergeracionais (exemplificando o caso dos adultos serem avaliados sobre a forma como foram educados pelos seus pais e pelas suas mães, enquanto crianças). O questionário pode ainda permitir avaliar as diferenças nos estilos parentais entre a mãe e o pai face a factores culturais e sócio-económicos; avaliar as diferenças nos estilos parentais tendo em conta o stress parental e os comportamentos problemáticos das crianças; e ainda, avaliar a relação entre os estilos parentais e o comportamento das crianças em sala de aula, entre outros muitos contextos de aplicação (Reine, 2001; Wolfe, 1998; Singhal, Hirisave & Reddy, 1998; Robinson, Hart, Mandelco & Olsen, 1996).

1.5.3.3 Inventário de Aliança Parental

O *Inventário de Aliança Parental* (Abidin, 1995; adaptação de Pedro & Ribeiro, 2007) é um instrumento de auto-resposta, constituído por 20 itens, sendo a escala de resposta do tipo Likert, com cinco níveis, em que o 1 corresponde a “Discordo Muito” e o 5 corresponde a “Concordo Muito”.

Este inventário permite avaliar o grau de cooperação, comprometimento e comunicação entre o pai e a mãe no que concerne à educação do(s) filho(s). (Abidin & Brunner). Segundo Weissman e Cohen (1985) (cit. por Abidin & Brunner, 1995), a aliança parental descreve uma parte da relação marital referente ao processo de parentalidade, sendo que uma forte aliança parental é estabelecida quando “ambos os pais investem na criança; quando os pais valorizam o envolvimento do outro com a criança; quando os pais respeitam as decisões um do outro e quando existe uma interacção positiva entre o casal”. Assim, a utilidade deste instrumento relaciona-se directamente com os comportamentos parentais, tendo em conta que o foco central está

nas respostas quer da mãe quer do pai face à interacções parentais, e não nos aspectos referentes à relação conjugal. (Abidin & Brunner, 1995).

O instrumento original de Abidin (1988), constituído por 80 itens, foi validado por uma amostra de 512 sujeitos, em que 191 eram pais e 321 eram mães, registando-se uma diferença significativa entre as respostas dos pais e as respostas das mães (através da rotação Varimax), da qual extraem-se dois factores: um factor, com percentagem de variância explicada de 64.3%, referente ao pai, e outro factor com percentagem de variância explicada de 66.3%, referente à mãe. Registaram-se ainda diferenças significativas nas respostas de mães casadas, separadas, solteiras e divorciadas, sendo que resultado mais elevado corresponde às mães casadas, seguidas das mães separadas, solteiras, e divorciadas, estas últimas com o resultado mais baixo (Abidin & Brunner, 1995).

No que respeita às características psicométricas do instrumento, refere-se a elevada consistência interna de .97 (*alpha de Cronbach*) do questionário e dos respectivos itens, o que sugere uma elevada precisão, não revelando diferenças significativas entre homens e mulheres. Contudo, é um bom instrumento diferenciador no que se refere às diferenças da situação relacional do casal (Abidin & Brunner, 1995).

Na versão portuguesa, o *Inventário de Aliança Parental* (adaptação de Pedro & Ribeiro, 2007), extraiu-se um único factor comum a todas as respostas, sendo que a consistência interna é de .904 (*alpha de Cronbach*) para as mães e de .935 (*alpha de Cronbach*) para os pais, salientando-se da mesma forma uma consistência interna elevada, e conseqüentemente, uma elevada precisão do instrumento. Foi utilizado o mesmo método de análise factorial, anteriormente referido (Análise das ordens), tendo sido retirado o item 1.

Este instrumento tem uma aplicação em contextos diversificados, possibilitando avaliar as diferenças entre mãe e pai face à aliança parental (Abidin & Brunner, 1995; Konold & Abidin, 2001; Floyd, Gilliom & Costigan, 1998; Cleary, 2003); comparar a variável aliança parental com outras variáveis como a satisfação conjugal, o stress parental, os comportamentos problemáticos das crianças, os índices de depressão e os estilos parentais, compreendendo a influência mútua (Abidin & Brunner, 1995; Floyd et al., 1998; Bearss & Eyberg, 1998; Hughes, Gordon & Gaertner, 2004). Pode ainda ser aplicado com populações clínicas, e, nomeadamente, em questões de funcionamento familiar com crianças com necessidades educativas especiais (Abidin & Brunner, 1995).

Resultados

1.1 Inventário de Aliança Parental

A análise da aliança parental iniciou-se com a avaliação das pontuações médias obtidas em amostras de famílias com crianças autistas e em amostras de famílias com crianças não autistas. Verifica-se que as médias das famílias com crianças autistas variam entre 72.25 e 85.69, sendo que o nível de aliança parental é superior nos homens; por outro lado, verifica-se que as médias das famílias com crianças não autistas variam entre 85.92 e 88.00, sendo que as mulheres identificam uma aliança parental superior. Estes dados permitem concluir que a aliança parental apresenta níveis superiores nas famílias com crianças não autistas, em especial nas mulheres, e as famílias com crianças autistas apresentam o valor mais baixo de aliança parental, especificamente, os homens (Quadro 7).

Grupo	Sexo	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Autistas	Masculino	39	50,00	148,00	85,6923	14,60561
Autistas	Feminino	36	29,00	99,00	78,2500	14,79261
Não Autistas	Masculino	40	75,00	100,00	88,0000	7,08556
Não Autistas	Feminino	39	67,00	99,00	85,9231	7,67218

grupo = autistas, 1. Sexo = Masculino

Quadro 7. Resultados Médios de Aliança Parental

A fim de avaliar as diferenças da aliança parental entre as duas amostras, e uma vez que o número de sujeitos que compõem a amostra é consideravelmente elevado ($N = 80$) pressupõe-se uma distribuição normal, e, assume-se o pressuposto da homogeneidade das variâncias*.

* Segundo Maroco (2007), os métodos paramétricos (e.g. T-student) são robustos à violação do pressuposto de Normalidade e de Homogeneidade de Variâncias desde que as amostras não sejam extremamente pequenas.

Através de um teste t-student, para amostras independentes, verificou-se a existência de diferenças significativas, pois $t(152) = -2.2557$, $p = 0.012$, sendo que as famílias com crianças não autistas obtêm valores significativamente mais elevados na aliança parental ($M = 86.9$), comparativamente com as famílias com crianças autistas ($M = 82.1$) (Quadro 8).

Grupo		N	Média	Desvio - Padrão	Erro de Desvio-padrão
Aliança parental	Autistas	75	82,1200	15,06828	1,73993
	Não autistas	79	86,9747	7,40751	,83341

Quadro 8. Média da Aliança Parental entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas

Após ter-se conhecido como é que a aliança parental se manifesta em ambas as amostras, importa compreender como se diferencia entre pais vs mães de crianças autistas e pais vs mães de crianças não autistas. Considerando-se novamente o número elevado de sujeitos para cada amostra ($N = 80$) assegura-se o pressuposto da normalidade, assim como, se verifica o pressuposto da homogeneidade nas duas amostras. Através de um teste t-student, verifica-se que existem diferenças significativas nas famílias com crianças autistas, pois $t(73) = 2.191$, $p = 0,032$, sendo que os pais obtêm valores significativamente mais elevados na aliança parental ($M = 85,69$) do que as mães ($M = 78,25$). Já nas famílias com crianças não autistas este efeito não se verifica pois $t(77) = 1,250$, $p = 0,215$, sendo que pais ($M = 88.00$) e mães ($M = 85.92$) obtêm valores próximos (Quadro 9).

Grupo	1, 2.Sexo	N	Média	Desvio-padrão	Erro de Desvio-padrão
Autistas	Masculino	39	85,6923	14,60561	2,33877
	Feminino	36	78,2500	14,79261	2,46544
Não autistas	Masculino	40	88,0000	7,08556	1,12033
	Feminino	39	85,9231	7,67218	1,22853

Quadro 9. Média da Aliança Parental em Mães vs. Pais Autistas e Mães vs Pais Não Autistas

1.2 Questionário de dimensões e estilos parentais

Os resultados obtidos no QDEP para os estilos parentais demonstram que as médias obtidas para esta variável variam entre 1.76 e 4.15 nas famílias com crianças autistas, sendo que para os homens e as mulheres, os valores médios mais elevados são no estilo autoritativo-próprio e no estilo autoritativo-outra. Os valores médios mais baixos identificados pelos homens referem-se ao estilo autoritário-próprio e os valores médios mais baixos identificados pelas mulheres referem-se ao estilo autoritário-outra (Quadro 10).

Por outro lado, as médias obtidas para a variável de estilos parentais nas famílias com crianças não autistas variam entre 1.82 e 4.39. Tal como nas famílias com crianças autistas, o estilo parental mais identificado pelos homens e as mulheres é o estilo autoritativo-próprio e o estilo autoritativo-outra e os valores médios mais baixos nos homens prendem-se com o estilo autoritário-próprio e nas mulheres com o estilo parental autoritário-outra (Quadro 10).

Conclui-se assim, que os valores obtidos no QDEP para a variável estilos parentais em famílias autistas e em famílias não autistas são semelhantes, sendo que os valores médios mais elevados referem-se ao estilo autoritativo-próprio e autoritativo-outra, e os valores médios mais baixos referem-se ao estilo parental autoritário-próprio e autoritário-outra.

Grupo	Sexo	Estilos Parentais	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Autistas	Masculino	Autoritativo_próprio	34	2,33	4,80	3,8608	,51388
	Masculino	Autoritativo_outro	35	2,27	5,00	4,1524	,65251
	Masculino	Autoritario_próprio	40	1,22	3,11	1,9417	,49177
	Masculino	Autoritario_outro	39	1,22	7,22	2,0712	,97015
	Masculino	Permissivo_próprio	39	1,33	4,00	2,4444	,71873
	Masculino	Permissivo_outro	37	1,00	4,00	2,6757	,83328
	Feminino	Autoritativo_próprio	34	2,07	5,00	3,9098	,72361
	Feminino	Autoritativo_outro	30	1,80	5,00	3,6489	,82952
	Feminino	Autoritario_próprio	39	1,11	2,89	1,8889	,39572
	Feminino	Autoritario_outro	39	1,11	2,89	1,7692	,44764
	Feminino	Permissivo_próprio	39	1,00	4,33	2,4615	,80791

Não autistas	Feminino	Permissivo_outr	40	1,00	4,67	2,3250	1,05541
	Masculino	Autoritativo_próprio	39	2,87	4,87	4,1214	,42957
	Masculino	Autoritativo_outr	40	3,40	4,87	4,3050	,35046
	Masculino	Autoritario_próprio	39	1,22	3,44	2,0684	,43975
	Masculino	Autoritario_outr	40	1,11	3,78	2,0778	,44954
	Masculino	Permissivo_próprio	39	1,00	4,00	2,0855	,67848
	Masculino	Permissivo_outr	40	1,00	4,33	2,2750	,79488
	Feminino	Autoritativo_próprio	40	3,73	5,00	4,3917	,32701
	Feminino	Autoritativo_outr	40	2,60	5,00	4,1700	,53182
	Feminino	Autoritario_próprio	40	1,11	3,44	1,9139	,42737
	Feminino	Autoritario_outr	40	1,11	3,22	1,8250	,44079
	Feminino	Permissivo_próprio	40	1,00	3,00	1,9083	,50064
	Feminino	Permissivo_outr	40	1,00	3,33	2,0417	,61874

Quadro 10. Resultados médios dos estilos parentais

Após a análise dos valores médios da variável estilos parentais, procurou-se estudar as diferenças entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas no que respeita aos estilos parentais educativos. Uma vez assegurada a normalidade das amostras e a homogeneidade das variâncias, aplicou-se o teste t-student para amostras independentes. Os resultados obtidos demonstram a existência de diferenças significativas entre as duas amostras ao nível do estilo parental autoritativo-próprio ($t(145)=-4.366$, $p=0.000$), do estilo parental autoritativo-outr ($t(143)=-3.074$, $p=0.003$), do estilo parental permissivo-próprio ($t(155)=4.193$, $p=0.000$) e do estilo parental permissivo-outr ($t(155)=4.193$, $p=0.000$). Quanto ao estilo autoritário (próprio e outr) não se manifestam diferenças estatisticamente significativas (Quadro 11).

	t	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	-4,366	145	,000 **
Autoritativo_outro	-3,074	143	,003 **
Autoritario_proprio	-1,062	156	,290
Autoritario_outro	-,311	156	,756
Permissivo_proprio	4,193	155	,000 **
Permissivo_outro	2,476	155	,014 *

**p≤0,001 * P≤0,05

Quadro 11. Diferenças Significativas dos estilos parentais entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas

Verifica-se que relativamente ao estilo autoritativo, as famílias com crianças não autistas apresentam valores mais elevados, sendo que para o estilo autoritativo-próprio, $M=4.2582$ e para o estilo autoritativo-outro, $M=4.2375$, enquanto que para as famílias com crianças autistas, o estilo autoritativo-próprio tem $M= 3.8853$ e o estilo autoritativo-outro tem $M=3.9200$. Quanto ao estilo permissivo, as famílias com crianças autistas manifestam resultados mais elevados, sendo que para o estilo permissivo próprio, $M=2.4530$ e para o estilo permissivo-outro, $M=2.4935$, enquanto que para as famílias com crianças não autistas, o estilo permissivo-próprio tem $M=1.9959$ e o estilo permissivo-outro tem $M=2.1583$ (Quadro 12).

Estes resultados evidenciam que as famílias com crianças não autistas tendem adoptar em maior número o estilo autoritativo, enquanto as famílias com crianças autistas tendem a adoptar o estilo parental permissivo.

Grupo	N	Média	Desvio-padrão
Autoritativo_proprio Autistas	68	3,8853	,62335
Autoritativo_proprio Não Autistas	79	4,2582	,40232
Autoritativo_outro Autistas	65	3,9200	,77587
Autoritativo_outro Não Autistas	80	4,2375	,45263
Autoritario_proprio Autistas	79	1,9156	,44488
Autoritario_proprio Não Autistas	79	1,9902	,43769
Autoritario_outro Autistas	78	1,9202	,76581
Autoritario_outro Não Autistas	80	1,9514	,46028
Permissivo_proprio Autistas	78	2,4530	,75969
Permissivo_proprio Não Autistas	79	1,9958	,59794

	Não Autistas			
Permissivo_outr	Autistas	77	2,4935	,96520
	Não Autistas	80	2,1583	,71742

Quadro 12. Valores Médios dos Estilos Parentais entre famílias autistas e famílias não autistas

Com o intuito de analisar os estilos parentais em mães e pais com crianças autistas e, em mães e pais com crianças não autistas, e uma vez que o número de sujeitos de cada amostra é suficientemente elevado ($N=80$) e o pressuposto da homogeneidade das variâncias é assegurado em ambas as amostras, procedeu-se a um teste t-student para amostras independentes.

Pela observação do quadro 13 e 15, regista-se a existência de diferenças estatisticamente significativas nas famílias com crianças autistas, pois $t(63)=2.737$, $p=0.008$, sendo que os pais obtêm valores significativamente mais elevados no estilo autoritativo-outr ($M=4.1524$) do que as mães ($M=3.6489$).

Em relação às famílias com crianças não autistas, os resultados demonstram também a existência de diferenças estatisticamente significativas entre mães e pais, em especial face ao estilo autoritativo-próprio, pois $t(77)= -3.152$, $p=0.002$, em que as mães obtêm valores mais elevados ($M=4.3917$) do que os pais ($M=4.1214$), bem como, face ao estilo autoritário-outr, ($t(78)=2.539$, $p=0.013$), sendo que os pais revelam valores mais elevados ($M=2.0778$) do que as mães ($M=1.8250$) (Quadro 14, 16).

Os resultados obtidos demonstram que, embora existam algumas diferenças entre pais e mães de cada uma das amostras, não existem diferenças entre os estilos parentais referidos pelas famílias com crianças autistas e pelas famílias com crianças não autistas.

	t	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	-,322	66	,748
Autoritativo_outr	2,737	63	,008 **
Autoritario_proprio	,525	77	,601
Autoritario_outr	1,765	76	,082
Permissivo_proprio	-,099	76	,922
Permissivo_outr	1,609	75	,112

** $p \leq 0,001$ * $P \leq 0,05$

Quadro 13. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias com Crianças Autistas

	t	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	-3,152	77	,002 *
Autoritativo_outro	1,341	78	,184
Autoritario_proprio	1,584	77	,117
Autoritario_outro	2,539	78	,013 *
Permissivo_proprio	1,323	77	,190
Permissivo_outro	1,465	78	,147

**p≤0,001 * P≤0,05

Quadro 14. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias com Crianças Não Autistas

	Sexo	N	Média	Desvio-padrão
Autoritativo_proprio	Masculino	34	3,8608	,51388
	Feminino	34	3,9098	,72361
Autoritativo_outro	Masculino	35	4,1524	,65251
	Feminino	30	3,6489	,82952
Autoritario_proprio	Masculino	40	1,9417	,49177
	Feminino	39	1,8889	,39572
Autoritario_outro	Masculino	39	2,0712	,97015
	Feminino	39	1,7692	,44764
Permissivo_proprio	Masculino	39	2,4444	,71873
	Feminino	39	2,4615	,80791
Permissivo_outro	Masculino	37	2,6757	,83328
	Feminino	40	2,3250	1,05541

Quadro 15. Média dos Estilos parentais em pais vs mães com crianças autistas

	Sexo	N	Média	Desvio-padrão
Autoritativo_proprio	Masculino	39	4,1214	,42957
	Feminino	40	4,3917	,32701
Autoritativo_outro	Masculino	40	4,3050	,35046
	Feminino	40	4,1700	,53182
Autoritario_proprio	Masculino	39	2,0684	,43975

	Feminino	40	1,9139	,42737
Autoritario_outr	Masculino	40	2,0778	,44954
	Feminino	40	1,8250	,44079
Permissivo_proprio	Masculino	39	2,0855	,67848
	Feminino	40	1,9083	,50064
Permissivo_outr	Masculino	40	2,2750	,79488
	Feminino	40	2,0417	,61874

Quadro 16. Média dos Estilos parentais em pais vs mães com crianças não autistas

1.3. Relação existente entre Aliança Parental e os Estilos Parentais

Após se ter compreendido como a aliança parental e os estilos parentais se manifestam em famílias com crianças autistas e em famílias com crianças não autistas, importa compreender a influência da aliança parental nos estilos parentais, nas duas amostras.

Uma vez que o número de sujeitos de cada amostra é suficientemente elevado (N=80) e o pressuposto da homogeneidade das variâncias é assegurado em ambas as amostras, procedeu-se a um teste t-student para amostras independentes, verificando-se a existência de diferenças estatisticamente significativas quer em famílias autistas, quer em famílias não autistas (Quadro 17 e 18).

	t	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	-2,225	32	,033 *
Autoritativo_outr	-4,934	30	,000 **
Autoritario_proprio	1,231	37	,226
Autoritario_outr	2,031	36	,050 *
Permissivo_proprio	-,024	37	,981
Permissivo_outr	-1,313	37	,197

**p≤0,001 * P≤0,05

Quadro 17. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias Autistas

	t	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	-2,536	43	,015 *
Autoritativo_outro	-4,211	43	,000 **
Autoritario_proprio	1,015	43	,316
Autoritario_outro	-,159	43	,875
Permissivo_proprio	,889	42	,379
Permissivo_outro	2,200	43	,033 *

**p≤0,001 * P≤0,05

Quadro 18. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias Não Autistas

Os resultados demonstram que nas famílias com crianças autistas, a aliança parental exerce maior influência no estilo autoritativo-próprio, pois $t(32) = -2.225$, $p=0.003$, no estilo autoritativo-outro, $t(30) = -4.934$, $p=0.000$ e no estilo autoritário-outro, $t(36) = 2.031$, $p=0.050$ (Quadro 18). Nas famílias com crianças não autistas, a aliança parental exerce maior influência no estilo autoritativo-próprio, pois $t(43) = -2.538$, $p=0.015$, no estilo autoritativo-outro, $t(43) = -4.211$, $p=0.000$ e no estilo permissivo-outro, $t(43) = 2.200$, $p=0.033$ (Quadro 19).

Comparativamente, os resultados demonstram que as famílias com crianças não autistas apresentam valores mais elevados no estilo autoritativo-próprio e autoritativo-outro, enquanto as famílias com crianças autistas apresentam valores mais elevados no estilo autoritário-outro e permissivo-outro (Quadro 20)

Em ambas as amostras, verifica-se que quando os valores da aliança parental são elevados, o estilo parental correspondente obtêm igualmente valores mais elevados, o que permite concluir que há uma relação linear entre as duas variáveis.

* Nesta análise, os sujeitos com valores elevados em aliança parental com os sujeitos com valores baixos em aliança parenta, tendo sido utilizado como valor de cut off os valores do 1º e do 4º quartil

Grupo	Estilos Parentais	AL_parental_grp	N	Média	Desvio-padrão	
Autistas	Autoritativo_proprio	valores baixos	15	3,7467	,67151	
		valores elevados	19	4,1333	,31505	
	Autoritativo_outro	valores baixos	13	3,4205	,68171	
		valores elevados	19	4,3825	,42330	
	Autoritario_proprio	valores baixos	19	2,0468	,51094	
		valores elevados	20	1,8611	,42939	
	Autoritario_outro	valores baixos	18	2,0679	,48826	
		valores elevados	20	1,9322	,40861	
	Permissivo_proprio	valores baixos	19	2,5614	,64838	
		valores elevados	20	2,5667	,72628	
	Permissivo_outro	valores baixos	19	2,3860	,90447	
		valores elevados	20	2,7667	,90547	
	Não Autistas	Autoritativo_proprio	valores baixos	23	4,1913	,45982
			valores elevados	22	4,4970	,33601
Autoritativo_outro		valores baixos	23	4,1304	,42330	
		valores elevados	22	4,6000	,31405	
Autoritario_proprio		valores baixos	23	2,0821	,59385	
		valores elevados	22	1,9293	,39028	
Autoritario_outro		valores baixos	23	1,9179	,51923	
		valores elevados	22	1,7794	,37676	
Permissivo_proprio		valores baixos	23	2,0290	,71713	
		valores elevados	21	1,8571	,54336	
Permissivo_outro		valores baixos	23	2,3188	,74181	
		valores elevados	22	1,8636	,63960	

Quadro 20. Média da influência da Aliança Parental nos Estilos Parentais

1.4 Relação existente entre religiosidade e as variáveis familiares, aliança parental e estilos parentais.

Nesta última fase do estudo, interessava especialmente estudar a relação existente entre a religiosidade* face às variáveis familiares, aliança parental e estilos parentais, em famílias com crianças autistas e em famílias com crianças não autistas.

Nesta análise, compara-se em termos de religiosidade, pais não crentes com pais crentes praticantes.

Neste sentido, importa salientar que o pressuposto da normalidade é assegurado para ambas as amostras, tendo em conta que o número de sujeitos em cada uma é suficientemente elevado (N=80), bem como, se confirma o pressuposto da homogeneidade das variâncias.

Através da aplicação de um t-student, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas, no que respeita à influência da religiosidade nas respectivas variáveis familiares (Quadro 20, 21).

	T	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	1,294	58	,201
Autoritativo_outro	1,680	56	,098
Autoritario_proprio	,543	69	,589
Autoritario_outro	-,276	67	,784
Permissivo_proprio	-,699	68	,487
Permissivo_outro	1,027	66	,308
Aliança parental	-,077	65	,939

**p<0,001 * P<0,05

Quadro 21. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias com crianças Autistas

	T	df	Sig. (2-tailed)
Autoritativo_proprio	,562	56	,576
Autoritativo_outro	1,315	57	,194
Autoritario_proprio	,885	56	,380
Autoritario_outro	,013	57	,990
Permissivo_proprio	1,068	56	,290
Permissivo_outro	1,146	57	,256
Aliança parental	,759	56	,451

Quadro 22. Diferenças Estatisticamente Significativas em Famílias Não Autistas

Os resultados permitem apenas concluir, que nas famílias com crianças autistas, o estilo autoritativo-outro apresenta os valores mais elevados de indivíduos crentes não praticantes (M=3.8051) e de indivíduos não crentes (M=4.1825), sendo que a aliança parental apresenta valores elevados para ambas as categorias. Nas famílias com crianças não autistas, o estilo autoritativo-próprio,

obtem valores mais elevados de individuos crentes não praticantes (M=4.2136) e o estilo autoritativo-outro obtem os valores mais elevados de individuos não crentes (M=4.3867); a aliança parental regista valores elevados de ambas as categorias (Quadro 23).

Grupo	Estilos Parentais	Religiosidade	N	Média	Desvio-padrão
Autistas	Autoritativo_proprio	Não crente	18	4,0333	,32839
		Crente não praticante	42	3,7984	,73702
	Autoritativo_outro	Não crente	19	4,1825	,74132
		Crente não praticante	39	3,8051	,83005
	Autoritario_proprio	Não crente	22	1,9798	,53851
		Crente não praticante	49	1,9161	,41669
	Autoritario_outro	Não crente	21	1,8889	,51997
		Crente não praticante	48	1,9468	,89595
	Permissivo_proprio	Não crente	22	2,3939	,73920
		Crente não praticante	48	2,5347	,80112
	Permissivo_outro	Não crente	21	2,7143	,88372
		Crente não praticante	47	2,4468	1,03624
	Alianca_parental	Não crente	22	81,6818	15,62168
		Crente não praticante	45	82,0000	15,97014
Não Autistas	Autoritativo_proprio	Não crente	9	4,3037	,36985
		Crente não praticante	49	4,2136	,45297
	Autoritativo_outro	Não crente	10	4,3867	,29781
		Crente não praticante	49	4,1755	,48757
	Autoritario_proprio	Não crente	9	2,0988	,62963
		Crente não praticante	49	1,9501	,42917
	Autoritario_outro	Não crente	10	1,9111	,46496
		Crente não praticante	49	1,9093	,40361
	Permissivo_proprio	Não crente	10	2,2333	,75441
		Crente não praticante	48	2,0139	,55419
	Permissivo_outro	Não crente	10	2,3667	,89512
				49	2,0952

	Crente não praticante			
Aliança_parental	Não crente	10	88,2000	8,65127
	Crente não praticante	48	86,1667	7,51547

Quadro 23. Média da influência da Religiosidade na aliança parental e nos estilos parentais

Discussão de Resultados

Os resultados encontrados, foram em grande medida aqueles que se procurou confirmar, de acordo com as características da amostra e com base num determinado contexto teórico.

Como já foi referido, os resultados referem-se a duas amostras independentes – famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas – em que se equivaleu determinados critérios como a idade, o tempo de casamento, o sexo dos filhos, a composição familiar e o tipo de filhos, permitindo a realização do presente estudo comparativo. Assim, cada amostra é constituída por oitenta sujeitos, casados entre si, tendo no mínimo um filho com idade até aos dezoito anos.

Avançando com a exploração dos resultados alcançados, salienta-se que as duas primeiras hipóteses colocadas confirmam-se, sendo que relativamente à aliança parental, as famílias com crianças não autistas parecem manifestar níveis superiores de aliança comparativamente com as famílias com crianças autistas. Tendo esta análise sido exploratória, poder-se-ia arriscar como justificação o facto da problemática da deficiência interferir “negativamente” com a união do casal, em termos de adaptação e funcionamento familiar, no sentido em que a presença de uma criança com deficiência pode influenciar as interações conjugais. Segundo Gath (1977), Murphy (1982) e Reed e Reed (1965), uma criança com necessidades educativas especiais pode influenciar negativamente o casamento, defendendo um elevado número de divórcio, desarmonia familiar e deserção do marido (cit. por Pereira, F., 1996).

De realçar são as diferenças encontradas no que respeita aos sexos de ambas as amostras, verificando-se que enquanto nas famílias com crianças autistas, os pais apresentam níveis de aliança parental superior às mães, nas famílias com crianças não autistas, não se registam diferenças entre pais e mães. Estes dados contrariam (embora confirmem as diferenças entre os sexos) a concepção de Frosch e Mangelsdorf (2001) e

O'Brien e Peyton (2002) ,os quais defendem que as mães possuem níveis de aliança parental mais elevados que os pais, estando esta ideia associada aos papéis parentais que ambos os cônjuges desenvolvem no seio familiar, embora confirmem as diferenças entre os sexos, tal como os autores assumem.

Relativamente aos estilos parentais educativos, as análises efectuadas permitem compreender que nas famílias com crianças não autistas, o estilo autoritativo é o mais predominante, sendo que os sujeitos não só se auto-avaliam como autoritativos (próprio), como também atribuem o respectivo estilo parental ao cônjuge (autoritativo-outro). Estes dados vão de encontro à ideia de Martin et. al. (2007), que salientam que no seio familiar existe um estilo educativo parental mais comum, estando este relatado como estilo autoritativo e contrariam a concepção de Conrade e Ho (2001), que assumem que pais de crianças (não autistas) adoptam diferentes estilos educativos parentais, sendo que os pais optam por um estilo mais permissivo e as mães optam por um estilo mais autoritário. Por sua vez, nas famílias com crianças autistas, os sujeitos tendem a auto-avaliar-se e avaliar o cônjuge como permissivo (próprio e outro), salientando novamente a ideia de Martin e colaboradores (2007), embora para esta amostra se chame a atenção para o facto do estilo predominante ser o permissivo, e não o autoritativo. Este resultado, embora confirme a terceira hipótese colocada, vem contrariar a concepção de Woolfson e Grant (2006), que referem que as famílias com crianças autistas tendem a adoptar como estilo parental predominante o estilo autoritativo, estando mais envolvidos no dia-a-dia da vida dos seus filhos, na suas necessidades e dificuldades, comparativamente com as famílias com crianças não autistas.

Relativamente às diferenças de sexo nos estilos parentais, verifica-se que nas famílias com crianças autistas, os pais referem o estilo autoritativo-outro, no qual atribuem o respectivo estilo ao cônjuge, e as mães avaliam-se como sendo autoritativas. Estes resultados vão contra a literatura analisada, nomeadamente segundo a ideia de Lisi e Lisi (2007), que referiram que os pais autistas tendem a ser mais autoritários e as mães tendem a ser mais permissivas, facto este que não se constata neste estudo.

Nas famílias com crianças não autistas, as mães referem maioritariamente o estilo autoritativo (próprio) e os pais, o estilo autoritário-outro, considerando a cônjuge como autoritária. Também neste resultado, se verifica o contrário do que segundo Conrade e Ho (2001) defenderam, no sentido em que segundo estes autores, as famílias (não

autistas) tendem a apresentar diferentes estilos parentais, sendo que os pais adoptam um estilo mais permissivo e as mães um estilo mais autoritário.

Os dados encontrados em ambas as amostras confirmam a hipótese colocada, sendo de salientar que, embora existam diferenças entre pais e mães, nas duas amostras, verifica-se que não existem diferenças entre os estilos parentais referidos pelas famílias com crianças autistas e pelas famílias com crianças não autistas.

Quanto à influência da aliança parental nos estilos educativos, compreende-se que nas famílias com crianças autistas, a aliança exerce maior influência no estilo autoritativo (próprio e outro) e no estilo autoritário (outro), o que significa que quanto mais forte é a aliança parental, mais o estilo autoritativo do próprio e do cônjuge são adoptados, assim como, quanto mais forte é a aliança, maior tendência existe para atribuir o estilo autoritário ao respectivo cônjuge. Nas famílias com crianças não autistas, a aliança parental exerce maior influência no estilo autoritativo (próprio e outro) e no estilo permissivo (outro), o que significa que quanto mais forte é a aliança parental, mais se manifesta o estilo autoritativo do próprio e do cônjuge, bem como, mais o indivíduo vê o cônjuge como permissivo. Estes dados não só confirmam a hipótese colocada, como também vão de encontro à ideia de Abidin (1992) que salienta a influência da aliança parental nos diferentes estilos parentais.

No que concerne à variável religiosidade, verifica-se que não existem diferenças entre as famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas, sendo que os valores médios mais elevados referem-se aos sujeitos não crentes, facto este, que contraria a hipótese inicialmente colocada. Conclui-se que embora as famílias, autistas e não autistas, sejam crentes não praticantes ou não crentes, não são influenciadas pela religião no que respeita às variáveis estilos parentais e aliança parental.

De uma forma geral, os resultados alcançados pelo estudo confirmaram as hipóteses enunciadas, embora manifestem diferenças perante a literatura recolhida, em especial, no que respeita aos estilos educativos parentais. Apenas na análise sobre a influência da religiosidade nas variáveis familiares, refutou-se a hipótese inicial.

Conclusão

Com o presente estudo foi possível retirar conclusões gerais, destacando-se as diferenças significativas ao nível da aliança parental entre famílias com crianças autistas e famílias com crianças não autistas, sendo que as segundas apresentam níveis mais elevados de aliança parental; as diferenças significativas na aliança parental e no sexo, referindo-se que na amostra autista, os pais revelam níveis mais elevados de aliança parental do que as mães, enquanto na amostra não autista não se verificam diferenças; destaca-se também face aos estilos parentais, o facto das famílias com crianças autistas adoptarem em geral um estilo mais permissivo, enquanto as com crianças não autistas procuram um estilo mais autoritativo, sendo que quando analisado entre o sexo, verifica-se que pais e mães de ambas as amostras distinguem-se, sendo que as mães autistas e não autistas identificam-se como autoritativas, os pais com crianças autistas como autoritativo-outro e os pais com crianças não autistas como autoritário-outro; destaca-se ainda a influência da aliança parental em diferentes estilos parentais, nas duas amostras em estudo e, refere-se como hipótese refutada do estudo, o facto da religiosidade não influenciar os estilos e a aliança parental.

O estudo apresenta algumas limitações, das quais se destaca a homogeneidade das amostras: por um lado, a amostra não autista, que embora tenha sido recolhida em diversos pontos do país, incluindo Açores e Madeira, não apresenta a diversidade desejada em relação às características dos sujeitos, nomeadamente, ao nível do estatuto sócio-económico e das habilitações literárias, impossibilitando a generalização; por outro lado, a amostra autista, que ao contrário da primeira, foi recolhida apenas na Grande Lisboa e em pequeno número, não permitindo realizar um estudo mais abrangente. Regista-se também a dificuldade em trabalhar as questões de partida com a literatura, no sentido em que poucos estudos longitudinais foram encontrados, sobretudo no que respeita às diferenças familiares entre famílias autistas e não autistas e no que respeita à aliança parental em ambas as amostras. Neste sentido, a necessidade de estudos que avaliem as implicações familiares, em especial a aliança parental, em famílias com crianças autistas e do presente estudo investigar ambas as questões, constituem-se como uma limitação.

Apesar das limitações, o estudo poderá sugerir algumas implicações para a prática clínica. Os resultados obtidos neste estudo comparativo permitem de algum

modo traçar um quadro compreensivo acerca da trajetória a percorrer com as famílias autistas, no sentido em que conhecendo um pouco mais do seu funcionamento, permitindo alcançar mais de perto as suas necessidades, bem como, tornar a intervenção terapêutica mais focalizada.

Para terminar, pretende-se que este estudo sirva como um mote para futuras investigações no domínio da família que, particularmente em Portugal, têm sido escassas. Assim, lança-se o desafio de se realizarem novas investigações e sistematizações acerca do percurso desenvolvimental de todas as famílias portuguesas, e, em especial destas formas de família.

Bibliografia

Abidin, R.R. (1992). The determinants of parenting behaviour. *Journal of Clinical Child Psychology*, Vol. 21(4), 407-412.

Abidin, R.R. & Brunner, J.F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, Vol. 24(1), 31-40.

Amaral, L. A. (1994) Pensar a Diferença/Deficiência. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília.

Baron – Cohen, S. (1995). Mindreading_ Nature's Choice. In L.Gleitman, S. Carey, E. Newport, & E. Spelje (Eds), *Mindblindness – An essay on Autism and Theory of Mind*. (21-30). London, England: the MIT Press.

Bears, K. E. & Eyberg, S. (1998). A test of the parenting alliance inventory. *Early Education and Development*, Vol. 9 (2), 179-185.

Bornstein, M. H. (2002). *Handbook of Parenting*. Mahwah, NJ: Erlbaum.

Conrade, G.; Ho, Differential Parenting Styles for Fathers and Mothers: Differential Treatment for Son. *Australian Journal of Psychology*, Apr2001, Vol. 53 Issue 1, p29, 7p, 3 charts;

Cowan, P.A., Cowan, C.P., Schulz, M.S., & Hemming, G. (1994) Prebirth to preschool family factors in children's adaptation to kindergarten. IN R.D. Parke & S.G. Kellam (Eds). *Exploring family relationships with other social contexts* (pp. 75-114). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Cruz, O. (2005) *Parentalidade*. Lisboa. Quarteto.

Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487 – 496.

Dodge, K.A., Pettit, G.S., & Bates, J.E. (1994). Socialization mediators of the relation between socioeconomic status and child conduct problems. *Child Development*, Vol. 65, 649-665.

Dornbusch, S., Ritter, P., Liderman, P., Roberts, D., & Fraleigh, M. (1987) the relation of parenting style to adolescent school performance. *Child Development*, Vol. 58, 1244-1257.

Epstein, J.L. & Sanders, M.G. (2002). Family, school and community partnerships. In Bornstein, M.H. (ed.) *Handbook of Parenting, Vol. 5, Practical Issues in Parenting*. Erlbaum, Mahwah, Nj, 407-437.

Feinberg, M.E. (2002). Coparenting and the transition to Parenthood: a framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, Vol. 5(3), 173-195.

Feinberg, M.E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, Vol. 23(2), 95-131.

Floyd, F. J., Gilliom, L. A. & Costigan. Marriage and the Parenting Alliance: Longitudinal prediction of change in parenting perceptions and behaviours. *Child Development, Vol. 69 (5)*, 1461 – 1479.

Frith, U. (2003) *Autism: Explaining the Enigma* (2^a ed.). Oxford. Basilica.

Gadeyene, E., Ghesquiere, P., & Onghena, P. (2004). Longitudinal relations between parenting and child adjustment in young children. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, Vol. 33, 2*, 347-358.

Gallagher, J. J.; Beckman, P.; Cross, A:H. (1983). Families of Handicapped Children. Sources of Stress and its Amerioration. *The Journal of Special Education, Vol. 50*, No 9, 10-19.

Gray, D.E. (2006). Coping over time: the parents of children with autism. *Journal of Intellectual Disability Research. Vol. 50*. 970-976.

Groenendyk, A.E. & Volling, B.L. (2007). Coparenting and early conscience, development in the family. *The Journal of Genetic Psychology, Vol. 168(2)*, 201-224.

Holroy, J., & McArthur, D. (1976). Mental retardation and stress on the parents: a contrast between Down's syndrome and childhood autism. *American Journal of Mental Deficiency, Vol. 80*, 431-436.

Hughes, F.M., Gordon, K.C. & Gaertner, L. (2004). Predicting spouses perceptions of their parenting alliance. *Journal of Marriage anf Family, Vol. 66 (2)*, 506-514.

Jennings, S. (2005). Autism in Children and Parents: unique considerations for family court professionals. *Family Court Review, Vol. 43*, No 4, 582-595.

Kastner, T.A. & Committee on Children with Disabilities. (2004). Managed care and children with special health care needs. *Pediatrics. Vol. 114*. No 6. 1693-1698.

Kazac, A.E., McClure, K.S., Alderfer, M.A., Hwang, W., Crump, T.A., Le, L.T., Deatrick, J., Simms, S. & Rourke, M.T. (2004). Câncer-related parental beliefs: the family illness beliefs inventory (FIBI). *Journal of Pediatric Psychology*, Vol. 29, 531-542.

King, G.A., Zwaigenbaum, L., King, S., Baxter, D., Rosenbaum, P. & Bates, A. (2006). A qualitative investigation of changes in the belief systems of families of children with autism or down syndrome. *Care, Health & Development*. Vol. 32, 3, 353-369.

Konold, T. R. & Abidin, R. R. (2001). Parenting Alliance: A multifactor perspective. *Psychological Assessment*, Vol 8 (1), 47-65.

Lamborn, S.D., Mounts, N.S., Steinberg, L., & Dornbusch, S.D.M. (1991). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, Vol. 62, 1049-1065.

Lisi, A.V. & Lisi, R. (2007). Perceptions of family relations when mothers and fathers are depicted with different parenting styles. *Journal of Genetic Psychology*. Vol. 168 (4), 425-442.

Locke, L.M. & Prinz, R.J. (2002) Measurement of parental discipline and nurturance. *Clinical Psychology Review*, Vol. 22, 895-929.

Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: parent child interaction. In P.H. Mussen (Ed.), *Handbook of Child Psychology* (4^a ed.). (Vol.4). New York: John Wiley & Sons.

Marchand, H. & Pinto, H. R. (1997). *Colóquio: Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Lisboa. Educa.

Marcus, L. (1977) Patterns of coping in families of psychotic children. *American Journal of Orthopsychiatry*, Vol. 47, 383-99.

Margolin, G., Gordis, E.B., & John, R.S. (2001). Coparenting: a link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology, Vol. 15(1)*, 3-21.

Martin, A.; Ryan, R. M.; Brooks-Gunn, J. (2007) The joint influence of mother and father parenting on child cognitive outcomes at age 5. *Early Childhood Research Quarterly, Vol. 22 (4)*, 423-439.

McPherson, M., Arango, P., Lauver, C., Fox, H., Newacheck, P., Perrin, J., Shonkoff, J. & Strickland, B. (1998). Commentaries – A new definition of children with special health care needs. *Pediatrics. Vol. 102*. No 1, 137-140.

Nelson, A. M. (2002). A metasynthesis: mothering other than normal children. *Qualitative Health Research, Vol. 12*, 515-530.

Nissenbaum, M.S., Tollefson, N. & Reese, R.M. (2002). The interpretative conference: sharing a diagnosis of autism with families. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities. Vol. 17*, 1, 30-43.

O'Connor, T. (2002). Annotation: the effect's of parenting reconsidered: findings, challenges and applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, Vol. 43*, 555-572.

Oliveira, J.H. (1994) *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra. Coleção Nova Almedina.

Palacios, J., & Rodrigo, M.J (1998). La família como contexto de desarrollo humano. In M.J. Rodrigo & J. Palacios (Coords). *Família Y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.

Parke, R.D. & Buriel, R. (1998). Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emocional and personality development (5^a ed., 463-552)* New York: Wiley.

Pereira, A.I. (2007). *Crescer em Relação: Estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra.

Pereira, E. G. (1996) *Autismo: do conceito à pessoa*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa

Pereira, E. G. (1999) *Autismo: O Significado como processo central*. Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa.

Pereira, F (1996) *As Representações dos Professores de Educação Especial e as Necessidades das Famílias*. Secretariado Nacional de Reabilitação. Lisboa

Poston, D.J. & Turnbull, A.P. (2004) Role of spirituality and religion in family quality of life for families of children with disabilities. *Education and Training in Developmental Disabilities, Vol. 39*, 95-108.

Reine, P. G. (2001). Parenting styles and classroom behaviour: exploring the connection in kindergarten and first graders. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences, Vol. 61 (8-A)*, 3055.

Relvas, A.P. (2006). *O ciclo vital da família. Perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.

Robinson, C.; Hart, C.; Mandlco, B & Olsen, S. (1995). Authoritative, Authoritarian and Permissive Practices: development of a new measure. *Psychological Reports, Vol. 77*, 819-830.

Robinson, C.; Hart, C.; Mandlco, B & Olsen, S. (1996). *Psychometric support for a new measure of authoritative, authoritarian and permissive parenting practices: cross-cultural connections*. Department of Family Sciences. Brigham Young University. Provo, Utah, USA.

Scorgie, K. & Sobsey, D. (2000) Transformational outcomes associated with parenting children who have disabilities. *Mental Retardation, Vol. 38*, 195-206.

Sequeira, H.A; Costa, A., & Tavares, I (1981). Transformação de Pais. In *Revista do Desenvolvimento da Criança*, Sociedade Portuguesa para o Estudo da Deficiência Mental, Vol. III, No ½.

Singhal, D. (1998). Parenting and behavior problem among preschoolers. *NIMHANS Journal, Vol 16 (2)*, 101-105-

Spera, C. (2005). A review of the relationship among parenting practices, parenting styles and adolescent school achievement. *Educational Psychology Review, Vol. 17, 2*, 125-146.

Steinberg, L., Lamborn, S.D., Darling, N., Mounts, N. S., & Dornbusch, S.M. (1994). Overtime changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development, Vol. 65*, 754 – 770.

Steinberg, L., Lamborn, S.D., Dornbusch, S.M & Darling, N. (1992). Impact of parenting practices on adolescent achievement and encouragement to succeed. *Child Development, Vol. 63*, 1266-1281.

Tanguay, P.E. (2000). Pervasive developmental disorders: a 10 year review. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, Vol. 39*, 1079-1095.

Tarakeshwar, N. & Pargament, K. (2001). Religious coping in families of children with autism. *Focus on Autism and Other Developmental Disabilities. Vol. 16, 4*, 247-260.

Turnet, S., Hatton, C., Shah, R., Stansfield, J. & Rahim, N. (2004). Religious expression amongst adults with intellectual disabilities. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, Vol. 17*, 161-171.

Van Egeren, L.A. & Hawkins, D.P. (2004). Coming to terms with coparenting: implications of definitions and measurement. *Journal of Adult Development*, Vol. 11 (3), 165-178.

Volkmar, F.R. (1998) *Autism and Pervasive Developmental Disorders*. Cambridge Monographs in Child and Adolescence Psychiatry. United Kingdom.

Volkmar, F., & Weisner, L. (2004). *Healthcare for children on the autistic spectrum: a guide to medical, nutritional and behavioural issues*. Berthesda, MD: Woodbine House.

Williams, G., Sears, L. & Allard, A. (2006). Parent perceptions of efficacy for strategies used to facilitate sleep in children with autism. *Journal of Developmental Physical Disabilities*, Vol. 18, No 1, 25-33.

Wing, L. (1996). Making a diagnosis. IN L. Wing (Ed.) *The Autistic spectrum-a guide for parents and professionals*. London: Constable.

Wolfe, B.R. (1998) Listening the children: three studies toward developing, evaluating and replicating a new approach to parent education, support and empowerment. *Dissertation Abstracts International Section A: Humanities and Social Sciences*, Vol. 58 (11-A), 4182.

Woolfson, L. & Grant, E. (2006). Authoritative parenting and parental stress in parents of pre-school and older children with developmental disabilities. *Care, Health & Development*, Vol. 32, 2, 177-184.

Anexos

A) Instrumentos

Questionário Geral

Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

Inventário de Aliança Parental (IAP)

B) Estatística Descritiva da Amostra

Apêndice A

Apêndice B

Frequencies

Sexo do filho (Estilos e Aliança Parental)

1.Sexo			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculino	Valid	Masculino	26	65,0	65,0	65,0
		Feminino	14	35,0	35,0	100,0
		Total	40	100,0	100,0	
Feminino	Valid	Masculino	26	65,0	65,0	65,0
		Feminino	14	35,0	35,0	100,0
		Total	40	100,0	100,0	

Descriptives

Descriptive Statistics

1.Sexo		N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Masculino	4.Idade em anos	40	30	57	41,52	7,053
	Idade do Filho (Estilos e Aliança Parental)	40	3	18	8,28	4,466
	Valid N (listwise)	40				
Feminino	4.Idade em anos	40	28	53	38,50	6,880
	Idade do Filho (Estilos e Aliança Parental)	40	3	18	8,28	4,466
	Valid N (listwise)	40				

Frequencies

Statistics

Reclassificação Idade Filhos IAP

Masculino	N	Valid	40
		Missing	0
Feminino	N	Valid	40
		Missing	0

Reclassificação Idade Filhos IAP

1.Sexo			Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculino	Valid	pré-escolar (menos de 6)	18	45,0	45,0	45,0
		escolar (6-10)	11	27,5	27,5	72,5
		adolescente (11-14)	11	27,5	27,5	100,0
		Total	40	100,0	100,0	
Feminino	Valid	pré-escolar (menos de 6)	18	45,0	45,0	45,0
		escolar (6-10)	11	27,5	27,5	72,5
		adolescente (11-14)	11	27,5	27,5	100,0
		Total	40	100,0	100,0	

Descriptives

Descriptive Statistics

	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
4.Idade em anos	4	31	37	33,50	2,646
Valid N (listwise)	4				

Frequencies